

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC JORGE SILVA DUARTE IGNEZ

A CRISE ENTRE A CHINA E EUA NO MAR DO SUL DA CHINA NO SÉCULO XXI:
A Dissuasão e a Compulsão Relacionadas às Estratégias Anti-Acesso/ Negação de
Área e “AirSea Battle”

Rio de Janeiro

2023

CC JORGE SILVA DUARTE IGNEZ

A CRISE ENTRE A CHINA E EUA NO MAR DO SUL DA CHINA:
A Dissuasão e a Compulsão Relacionadas às Estratégias Anti-Acesso/ Negação de
Área e AirSea Battle

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CF (RM-1) Cláudio Luiz de Lima Martins.

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2023

DECLARAÇÃO DA NÃO EXISTÊNCIA DE APROPRIAÇÃO INTELECTUAL IRREGULAR

Declaro que este trabalho acadêmico: a) corresponde ao resultado de investigação por mim desenvolvida, enquanto discente da Escola de Guerra Naval (EGN); b) é um trabalho original, ou seja, que não foi por mim anteriormente utilizado para fins acadêmicos ou quaisquer outros; c) é inédito, isto é, não foi ainda objeto de publicação; e d) é de minha integral e exclusiva autoria.

Declaro também que tenho ciência de que a utilização de ideias ou palavras de autoria de outrem, sem a devida identificação da fonte, e o uso de recursos de inteligência artificial no processo de escrita constituem grave falta ética, moral, legal e disciplinar. Ademais, assumo o compromisso de que este trabalho possa, a qualquer tempo, ser analisado para verificação de sua originalidade e ineditismo, por meio de ferramentas de detecção de similaridades ou por profissionais qualificados.

Os direitos morais e patrimoniais deste trabalho acadêmico, nos termos da Lei 9.610/1998, pertencem ao seu Autor, sendo vedado o uso comercial sem prévia autorização. É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que seja feita a referência bibliográfica completa.

Os conceitos e ideias expressas neste trabalho acadêmico são de responsabilidade do Autor e não retratam qualquer orientação institucional da EGN ou da Marinha do Brasil.

**ASSINATURA PELO GOV.BR
(LOCAL DA CHANCELA)**

AGRADECIMENTOS

Agradeço, a Deus pela sua misericórdia, sabedoria e a seu Filho por interceder e me acompanhar em todos os momentos de minha vida. Obrigado, por sempre ter caminhado ao meu lado, direi do Senhor, és o meu Deus, meu refúgio, minha fortaleza e em ti sempre confiarei.

À minha esposa, Valéria Catherine Suisso Ignez, pela paciência, companheirismo e compreensão da minha ausência durante a produção dessa dissertação, sem seu apoio e carinho tenho a plena certeza de que nada disso seria possível.

Aos meus pais, Jorge Duarte Ignez e Suzete Silva Ignez, por todo o esforço que me propiciou a educação e a carreira que tenho hoje, por vibrarem a cada vitória conquistada e me motivarem cada vez mais.

Ao meu orientador, CEMOS 2023, pela disponibilidade, pelo conhecimento e pela forma profissional e amiga que me dispensou ao longo desse trabalho acadêmico.

À Escola de Guerra Naval, bem como à Marinha do Brasil, pela oportunidade oferecida no meu aperfeiçoamento pessoal e profissional.

RESUMO

O renascimento da República Popular da China iniciou-se nas abrangentes reformas lideradas por Deng Xiaoping na década de 1980, abarcando mudanças significativas nas esferas política, econômica e militar. Um dos aspectos mais notáveis da ascensão chinesa foi a estreita conexão com o comércio marítimo, especialmente no Mar do Sul da China (MSC), uma região de extrema relevância geopolítica e econômica. Através do comércio marítimo, a China conseguiu alavancar seu crescimento, impulsionando sua indústria e alcançando altos níveis de desenvolvimento. A capacidade de acessar mercados internacionais, importar matérias-primas e exportar seus produtos permitiu que a China se tornasse uma das principais economias do mundo. No decorrer desta pesquisa, fomos capazes de observar que o renascimento chinês entrou em conflito com os interesses dos EUA no MSC, iniciando uma crise internacional. Esta pesquisa utilizou os conceitos teóricos da coerção de Thomas C. Schelling (1966), que se dividem em compulsão e dissuasão, e confirmou sua aplicabilidade no gerenciamento dessa crise. Posteriormente, foi possível relacionar a estratégia Anti-Access/Area-Denial (A2/AD), a dissuasão e a estratégia AirSea Battle (ASB), à compulsão. Finalmente, realizamos o confronto entre essas duas estratégias e um prognóstico do seu possível resultado através do jogo de guerra.

Palavras-chave: Anti-Acess/Area-Denial; AirSea Battle; Coerção; Crise; Mar do Sul da China.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - Representação do território chinês posicionado em meio as maiores Linhas de Comunicações Marítimas mundiais.....	46
FIGURA 2 – Representação da nova Rota da Seda, One Belt, One Road.....	47
FIGURA 3- Primeira e segunda cadeias de Ilhas.....	48
FIGURA 4 - Áreas em disputa no Mar do Sul da China.....	49

LISTA DE TABELAS

TABELA 1- Evolução da modernização militar naval da RPC desde 2005.....	50
TABELA 2 - Gastos com despesas militares.....	51

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A2	-	Antiacesso
A2/AD	-	<i>Anti-Access/Area-Denial</i>
AD	-	Negação de área
ASB	-	<i>AirSea Battle</i>
ASBM	-	<i>Anti-ship Ballistic Missile</i>
ASCM	-	<i>Anti-ship Cruise Missile</i>
AUKUS	-	Austrália, Reino Unido e Estados Unidos
EUA	-	Estados Unidos da América
FONOPS	-	Freedom of Navigation Operations
JOAC	-	<i>Joint Operational Access Concep</i>
LCM	-	Linhas de Comunicações Marítimas
MSC	-	Mar do Sul da China
OBOR	-	<i>One Belt One Road</i>
ONU	-	Organização das Nações Unidas
PIB	-	Produto Interno Bruto
PLAN	-	<i>People's Liberation Army Navy</i>
RPC	-	República Popular da China
URSS	-	União das Repúblicas Socialistas Soviética

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	A CRISE NO MAR DO SUL DA CHINA E A TEORIA DE SCHELLING.....	11
2.1	Estado de Paz, Estado de Crise, Conflito Armado e as Formas de Solução de Conflito.....	12
2.2	Os Comportamentos Políticos Estratégicos na Manobra de Crise e Seus Resultados.....	15
2.3	A Coerção Aplicada na Crise Segundo Thomas Schelling.....	16
3	O CONTEXTO DA CRISE NO MAR DO SUL DA CHINA.....	19
3.1	A China se Volta Para o Mar, "O Sonho Chinês".....	19
3.2	O Mar do Sul da China.....	25
3.3	A Evolução da Crise.....	27
4	A APLICABILIDADE DA TEORIA DE SCHELLING NA ESTRATÉGIA CHINESA E AMERICANA	30
4.1	A Aplicabilidade da Estratégia A2/Ad Relacionada a Dissuasão da Teoria de Schelling.....	33
4.2	A Estratégia Airsea Battle Relacionada a Compulsão da Teoria de Schelling.....	37
4.3	A Estratégia A2/AD VS ASB, a Dissuasão e a Compulsão da Teoria de Schelling.....	39
5	CONCLUSÃO.....	41
	REFERÊNCIAS.....	43
	ANEXOS.....	46

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos a China experimentou um crescimento econômico notável e impressionante, tornando-se uma das maiores economias do mundo. O ressurgimento da China como potência regional e possível potência global teve impactos significativos nas relações internacionais, desafiando a ordem mundial vigente e criando novas dinâmicas geopolíticas.

Concomitantemente ao advento econômico chinês, também ocorreu o aumento de suas forças armadas e a ânsia de se estabelecer em definitivo como potência regional. Tal ambição, entrou em contraste com as expectativas estratégicas norte-americanas planejadas para o Mar do Sul da China (MSC).

Essa pesquisa tem o fito de responder as seguintes perguntas: atualmente, podemos ratificar a existência de crise entre os Estados Unidos (EUA) e a China? Caso sim, poderíamos verificar a aplicabilidade da Teoria de Schelling como recurso fundamental a ser utilizado nessa crise? Através dos jogos de guerra, poderíamos fazer um prognóstico do que aconteceria se o conflito realmente eclodisse? Para isso, essa dissertação conterà cinco capítulos, incluindo esta Introdução como o primeiro capítulo.

No segundo capítulo, apresentaremos conceitos fundamentais, como estado de paz, crise, conflito armado e manobra de crise, para, posteriormente, estarmos aptos a estabelecer os alicerces necessários para compreender a possível crise e prontos para correlacionar as ações empregadas por essas nações à Teoria de Schelling, restringindo sua aplicabilidade ao uso da coerção dividida em compulsão e dissuasão.

No terceiro capítulo, contextualizaremos a ascensão chinesa alavancada pelo “sonho chinês” que propiciou o renascimento dessa grandiosa nação no cenário mundial, evidenciaremos as mudanças implementadas nas esferas militar, econômica e política, que levaram a China a voltar-se para o mar e depender dele para sustentar seu crescimento. Será apresentado também o Teatro de Operações em disputa, o Mar do Sul da China, ressaltando sua importância tanto a nível regional quanto global para ela e os Estados Unidos.

No quarto capítulo, confrontaremos as estratégias adotadas pelos protagonistas da crise com a Teoria de Schelling, explicitada no segundo capítulo. Tentaremos ratificar, se a coerção, que se divide em compulsão e dissuasão, está sendo aplicada de maneira

contundente, por ambos os atores.

No entanto, tendo em vista o amplo espectro do conceito da coerção, este será relacionado mais intimamente em sua aplicabilidade na componente militar, particularmente, confirmaremos se podemos correlatar a estratégia Anti-Access/Area Denial (A2/AD) com a dissuasão, e a estratégia AirSea Battle (ASB), com a compulsão da Teoria de Schelling.

Por fim, analisando o resultado do último jogo de guerra realizado entre a China e os EUA, faremos um prognóstico da situação atual e a sua aplicabilidade junto à Teoria de Schelling, dessa forma, apresentaremos uma conclusão com o desfecho dessa análise.

Passaremos a seguir ao segundo capítulo, em que exploraremos os conceitos e os modelos teóricos de interesse.

2 A CRISE NO MAR DO SUL DA CHINA E A TEORIA DE SCHELLING

O Mar do Sul da China é constituído por ilhas, recifes e outras formações marinhas que são consideradas estratégicas, devido a sua grande importância para o comércio regional e suas riquezas naturais, tais como, petróleo e gás natural, sendo conhecida como “garganta do pacífico”. Essa região estratégica é palco da mais atual disputa entre a proeminente China e o líder hegemônico mundial os EUA (KAPLAN, 2014).

A tensão entre os EUA e a China no Mar do Sul da China é inegável. A China tem contestado constantemente a posse de grande parte dessa região e construído instalações militares em diversos arquipélagos. Essa postura contrasta com a posição dos EUA, que confrontam essas reivindicações ao enviar regularmente seus navios de patrulha e realizar operações conhecidas como FONOPS¹.

As FONOPs são operações realizadas pelas forças navais e aéreas dos EUA com o objetivo de reforçar os direitos internacionalmente reconhecidos. Elas são destinadas a enfrentar reivindicações marítimas excessivas, que, segundo o Departamento de Defesa dos EUA, são tentativas das nações costeiras de ilegalmente reivindicar águas territoriais e restringir as liberdades de navegação e de circulação das embarcações. Essas operações visam garantir a liberdade de navegação e promover o respeito ao direito internacional nos mares e oceanos ao redor do mundo (PIMENTEL, 2023).

É notório que na última década vem ocorrendo uma mudança de prioridade das forças dos EUA, principalmente com relação a realocação de seus meios e priorização de aliados na região do Indo-Pacífico, que tem como principal objetivo a redução da influência chinesa.

Contudo, antes de tratarmos sobre esta possível crise, seu desenvolvimento e suas estratégias, faz-se mister entendermos alguns conceitos fundamentais para que efetivamente possamos compreender as manobras adotadas por esses protagonistas. Neste capítulo trataremos sobre os seguintes conceitos: paz, crise, conflito, manobra de crise, e a teoria da coerção de Schelling.

¹ Na língua inglesa: *Freedom of Navigation Operations* (FONOPs)

2.1 Estado de Paz, Estado de Crise, Conflito Armado e as Formas de Solução de Conflito

As relações interpessoais, intergrupais e principalmente internacionais se baseiam na satisfação de necessidades e em atingir objetivos, podendo ocorrer a convergência pela cooperação, ocasionando a paz, e a divergência, tendo como consequência o conflito. Além disso, durante a transição entre o estado de paz e o conflito, existe um estado intermediário chamado de crise, que se utiliza de diversas ferramentas como, por exemplo, a coerção, para atingir o objetivo político, sem necessariamente evoluir para o conflito armado.

O Estado de paz é compreendido como a inexistência de lutas, violências ou graves ocorrências no âmbito do estado, ou relações internacionais (BRASIL, 2007). A paz é o estado pleno almejado pelas nações, na qual prevalece a segurança, a estabilidade e o respeito aos direitos humanos, mas esta paz só será plena, se houver a satisfação dos objetivos políticos. A existência de paz sem atingir os objetivos políticos pode gerar situações de instabilidade, originando a crise.

Uma crise é entendida como um conflito que é iniciado ou potencializado imediatamente após a quebra da estabilidade existente entre duas, ou mais partes envolvidas em uma disputa. Seria basicamente a existência de um estado de grandes tensões, com alta probabilidade de agravamento e guerra. A crise se encontra entre a paz e a guerra, um estado de incertezas em que pode ocorrer uma distensão ou um agravamento da crise (BRASIL, 2017).

A crise é um estado de tensão limítrofe ao uso da violência, em que os riscos proporcionam oportunidades de atingir os objetivos ou salvaguardar interesses em disputa; é a deflagração intencional de uma situação de tensão, em que se pretende alcançar os objetivos político-estratégicos anteriormente definidos e decididos (ALTMAN, 2015).

Crises não podem ser categorizadas como guerra nem como paz; elas representam um estágio intermediário no espectro do conflito. Uma crise não se enquadra como guerra porque não busca o uso total e direto da força bruta para subjugar ou destruir o oponente. Da mesma forma, não pode ser considerada paz, se resolvidas por intermédio de negociações, transações ou convencimento mútuo (RAZA, 2002).

Em virtude das diversas definições disponíveis, consideraremos em nossa pesquisa a definição de crise internacional, prevista na Doutrina Militar de Defesa, que a especifica

como:

Um estágio de conflito, entre dois ou mais Estados, em que o desencadeamento proposital de uma situação de tensão visa alcançar objetivos políticos ou político-estratégicos, por meio da manipulação do risco de uma guerra, com atitudes e comportamentos que indicam ser a situação extrema compatível com razões maiores, quase sempre ocultas ou não explicitamente declaradas (BRASIL, 2007, p. 29).

As principais características das crises internacionais são as seguintes:

- a) existência de conflito criado por antagonismo bem definido;
- b) cada agente envolvido objetiva alcançar objetivos políticos ou político-estratégicos e explorar a vulnerabilidade do oponente;
- c) deflagração intencional, pelo menos por um dos protagonistas;
- d) possibilidade de limitação no uso da força militar e a existência do risco de escalar para conflito armado;
- e) evolução por decisões tomadas sob tensão; e
- f) desenvolvimento na presença e com a influência das opiniões públicas nacional e internacional (BRASIL, 2007).

O Estado de Guerra ou Conflito Armado é a forma máxima de violência em um conflito (BRASIL, 2007), é o reconhecimento do esgotamento dos recursos da manobra de crise, os envolvidos assumem que o benefício do emprego da violência é maior que arcar com o ônus da guerra. Tal opção é conflitante com as determinações atuais da Organização das Nações Unidas (ONU), que reprovam qualquer tipo de violência entre as nações, exceto a legítima defesa.

Com o intuito de evitar conflitos armados e de promover a realização de objetivos políticos são empregadas estratégias de gerenciamento de crise. As principais abordagens utilizadas para isso incluem a negociação, a compulsão e a violência declarada (BRASIL, 2007).

A negociação é uma forma não violenta de solução, em que as partes procuram solucionar o conflito prezando pela convivência futura e pela racionalidade, utilizando para isso meios diplomáticos, jurídicos e políticos. Uma ferramenta importante da negociação é a arbitragem, em que os envolvidos dão poder e se comprometem a aceitar as decisões de um árbitro (BRASIL, 2007). Durante a negociação, dois fatores se destacam: a comunicação e o tempo.

Gerenciar uma crise sem comunicação eficiente é necessariamente impossível, pois, em um mundo de comunicações instantâneas, tornam-se quase sinônimos a comunicação e o gerenciamento de crise (COUTO, 2013).

Com relação ao fator tempo no gerenciamento da crise, este deve ser considerado suficiente para propiciar uma tomada de decisão cuidadosa que facilite a comunicação entre as partes envolvidas na disputa. No entanto, faz-se mister ressaltar que, em certas situações, um ultimato pode ser empregado para acelerar o poder de barganha e pressionar o adversário a concordar com as demandas desejadas (GEORGE; SIMONS; HALL, 1994).

Na disputa em tela, em virtude das instabilidades já citadas e as que serão abordadas, é factível imaginar que a diplomacia continua realizando o gerenciamento da crise para evitar o agravamento e a evolução para o conflito, tendo em vista, que a guerra seria prejudicial a ambas as nações. Contudo, a negociação não parece estar obtendo o sucesso esperado, já que, até agora, não há sinais de distensão, nenhum dos protagonistas parece disposto a ceder, sendo muito mais observável o uso da compulsão.

A compulsão é uma forma de solução de conflitos na qual uma das partes é coagida, por meio de intimidação ou pressão contínua, a aceitar a decisão da outra parte, é ativa (BRASIL, 2007). Essa abordagem ativa de gerenciamento de crises tem sido aplicada predominantemente pelos EUA.

Considerando a imensa capacidade militar e as alianças estabelecidas no MSC, os EUA querem manter a ordem mundial em vigor. Por sua vez, a China não permaneceu passiva diante da compulsão exercida sobre ela, e tem aumentado significativamente seu potencial bélico, especialmente investindo em seu poderio naval e fortalecendo sua capacidade defensiva, priorizando a dissuasão. Isso inclui medidas para repelir a presença americana em áreas de seu interesse, como a estratégia conhecida como A2/AD, que será discutida com mais detalhes posteriormente.

A violência declarada é uma forma de solução de conflitos em que uma das partes se submete à outra mediante o uso violento de todos os meios disponíveis (BRASIL, 2007).

Em síntese, podemos perceber claramente a existência no MSC de um estado de crise, caracterizado pela ocorrência de grandes tensões, onde a compulsão e dissuasão são empregadas de maneira contundente, sendo a atrição uma constante. Mas, quais seriam os comportamentos políticos-estratégicos e os resultados no gerenciamento dessa crise?

2.2 Os Comportamentos Políticos Estratégicos na Manobra de Crise e Seus Resultados

Na resolução de uma crise, as partes buscam uma nova paz que seja vantajosa e atenda a seus interesses. Nesse processo, elas tentam impor sua vontade à outra parte, ameaçando-a com a possibilidade do uso intenso da violência e com a aplicação limitada de força (SCHELLING, 1966).

Essencialmente, a manobra de crise é um processo de administração e de condução que busca alcançar uma resolução pacífica e vantajosa, evitando que a situação se transforme em um conflito armado. Na condução da crise são empregados determinados comportamentos políticos-estratégicos e esperados resultados específicos.

Os comportamentos políticos-estratégicos possíveis na manobra de crise são: escalar, que significa testar a firmeza do oponente, exercer pressão. Mais decisiva, essa opção apresenta riscos mais elevados. Outra opção seria estabilizar a crise, que visa manter o status quo atual, ter reações de mesma intensidade com as reações do oponente e por último distender, que tem natureza defensiva e procura evitar o uso da força e a aliviar tensões, criar condições de negociação (BRASIL, 2007).

Os resultados da manobra de crise são: o acordo e o conflito armado. O acordo significa a solução pacífica do conflito e é o mais desejável. Em contrapartida, o conflito armado significa que a manobra de crise não obteve sucesso (BRASIL, 2007).

Será demonstrado no decorrer dessa pesquisa que a situação no MSC oscila entre a estabilização, com ambos os protagonistas querendo manter seu status quo e a escalada com diversas provocações que testam a firmeza dos dois lados.

A maior indicação da crise existente é que tal situação se arrasta há anos sem demonstrar sinais de distensão, o que dificultaria um acordo e sinalizaria para o iminente conflito armado. Nesse contexto, diante desse constante jogo de ameaças e intimidações, existiria um padrão ou uma teoria que poderia explicar as ações adotadas nessa manobra de crise? Existiria uma lógica nas estratégias que estão sendo utilizadas? Para responder a essas perguntas precisamos analisar as proposições explicativas do uso da coerção de Thomas Schelling.

2.3 A Coerção Aplicada na Crise Segundo Thomas Schelling

A teoria da coerção, elaborada pelo economista e teórico político Thomas Schelling, inquire a dinâmica da cooperação e do conflito em situações de insegurança estratégica. A teoria busca explicar como atores racionais podem usar a ameaça de força física ou coerção para influenciar o comportamento dos outros.

Segundo Schelling (1966), a coerção pode ser um instrumento eficaz para atingir os objetivos políticos, mesmo sem a aplicação real da força. Ele argumenta que a ameaça pode ser suficiente para persuadir outros atores a agirem conforme a intenção do agente que faz a coerção. A coerção é baseada na ideia de que a parte que impõe a ameaça está disposta a pagar um preço alto para forçar a outra parte a se submeter.

A teoria de Schelling destaca a importância da comunicação eficaz na coerção, pois a compreensão das intenções e das capacidades do poder coercitivo desempenha um papel crucial na resposta do alvo à ameaça. Além disso, a credibilidade da ameaça também é um fator crucial. Se a parte alvo não acreditar que o ator coercitivo realmente seguirá adiante com a ação, a coerção perde sua eficácia (SCHELLING, 1966).

Segundo Thomas Schelling (1966), em toda a estratégia militar empregada na atualidade, os momentos de escalada e de estabilização na manobra de crise estão dentro do conceito da coerção, o resultado da crise é sempre imprevisível e as consequências não estão sob controle de nenhuma das partes integrantes, o desfecho pode ser indesejado para ambas as partes envolvidas. Para ele, a estratégia militar mudou, agora ela estaria voltada intrinsecamente para a arte da coerção, intimidação e dissuasão:

A estratégia militar não pode mais ser imaginada, como pôde para alguns países em outras épocas, como a ciência da vitória militar. Agora ela é igualmente, senão mais, a arte da coerção, da intimidação e da dissuasão. Os instrumentos de guerra são mais punitivos do que aquisitivos. militar, gostemos ou não, tornou-se a diplomacia da violência". (SCHELLING, 1966, p. 34; tradução nossa)²

Schelling fraciona o conceito de coerção em dois tipos de ameaças distintas: a

² No original: *Military strategy can no longer be thought of, as it could for some countries in some eras, as the science of military victory. It is now equally, if not more, it art of coercion, of intimidation and deterrence. The instruments of war are more punitive than acquisitive. Military strategy, wheter we like it or not, has become the diplomacy of violence.*

Compulsão, que representa uma forma positiva, e a Dissuasão, que representa uma forma negativa.

A Compulsão é uma estratégia que emprega a ameaça do uso da força gradualmente, para alcançar seus objetivos. Essa abordagem visa pressionar o oponente a mudar sua postura e agir consoante os interesses da parte que faz a ameaça, é uma ameaça positiva, impele o oponente a conformar-se a um comportamento estabelecido. Em síntese, visa intimidar o adversário a desfazer uma ação já realizada ou realizar algo que ele não deseja. A ameaça é ativa (SCHELLING, 1966).

A dissuasão é voltada para a defesa, visa manter o status quo. Tem por finalidade fazer o adversário desistir de sua intenção, intimidar o inimigo por receio das consequências que serão impostas a ele. A ameaça é passiva (SCHELLING, 1966).

Agora, conhecendo melhor a Teoria de Schelling e a importância da coerção, é crucial analisarmos como ela está sendo aplicada na possível crise. Para isso, no próximo capítulo, iremos contextualizar a ascensão chinesa, que a permitiu rivalizar com a potência hegemônica da atualidade, também iremos detalhar a riqueza do teatro de operação em disputa, o MSC, para então analisarmos a evolução da crise, na qual, a China intenciona não apenas repelir a presença, mas também a influência do oponente na área em disputa, utilizando a dissuasão de Schelling como principal estratégia.

A aplicabilidade da Teoria de Schelling será ratificada ao demonstrarmos as ameaças recíprocas existentes, nas quais os EUA, com seu enorme poderio bélico e alianças na área em disputa, tenta frear as ambições da China, compelindo esta a atender sua vontade e a abdicar de seus pleitos expansionistas.

Em contrapartida, a China mesmo detentora de um notável crescimento militar e econômico, reconhece sua incapacidade de se contrapor aos EUA em um combate direto. Assim, vem desenvolvendo, uma forma de negar, de impedir, de dissuadir a presença americana em suas áreas de interesse, e caso o combate seja inevitável, ameaçar os EUA de tal forma, fazendo com que o inimigo julgue que esta seria uma guerra cara demais para ser considerada plausível.

Nesse íterim, é essencial futuramente explorarmos como os fundamentos da coerção, conforme descritos por Thomas Schelling, ou seja, a dissuasão e a compulsão podem ser validados, relacionados e confrontados com as estratégias adotadas pelas nações participantes na busca pela supremacia no MSC.

Em suma, nosso objetivo será contextualizar a crise, apresentar a ascensão da China e a sua dependência em relação ao mar. À medida que avançamos nesta pesquisa, buscaremos estabelecer conexões entre a aplicação da teoria de Schelling e as principais abordagens estratégicas tanto da China quanto dos Estados Unidos durante a manobra de crise.

Ao final deste estudo, pretendemos também oferecer uma resposta à indagação sobre qual dos atores está exibindo uma maior eficácia na aplicabilidade de sua estratégia vinculada a teoria de Schelling e qual apresentaria uma perspectiva mais promissora de sucesso, caso o conflito venha a se concretizar.

3 O CONTEXTO DA CRISE NO MAR DO SUL DA CHINA

Para obtermos uma compreensão mais aprofundada da estratégia adotada pela China e pelos Estados Unidos que norteiam essa crise, é essencial contextualizarmos as razões pelas quais a China direcionou sua atenção para o mar e a explorar o teatro de operações em disputa, o Mar do Sul da China. Ao fazer isso, poderemos analisar em detalhes as estratégias que estão sendo implementadas e avaliar sua efetividade.

Nesse capítulo, vamos começar com um breve histórico da ascensão da China, impulsionada pelo lema "O sonho chinês", cunhada pelo líder chinês Xi Jinping. Discutiremos como esse sonho tem alimentado uma necessidade crescente e uma ambição considerável por parte da China em relação a sua capacidade de influenciar a referida região. Além disso, abordaremos como se deu a evolução da crise, a fim de estabelecer uma base sólida para analisar posteriormente as contramedidas adotadas pelos Estados Unidos, que têm como objetivo conter as ambições expansionistas chinesas.

3.1 A China se Volta Para o Mar, "O Sonho Chinês"

O "sonho chinês" popularizado pelo presidente chinês Xi Jinping, resumido em sua frase "fazer a China grande outra vez", baseava-se em uma perspectiva futurística que almejava a ascensão de uma gloriosa China. Está associado a uma série de metas, como o desenvolvimento econômico, a melhoria das condições de vida, a inovação científica e tecnológica e a busca pela liderança global em diversos setores. A mera ambição do "sonho chinês" deveria nos impelir a acreditar que a concorrência pelo protagonismo mundial entre China e EUA poderá abrir portas para a evolução da crise em um possível conflito.

Este sonho chinês, está associado à aspiração de uma "grande renovação da nação chinesa", que envolve um renascimento do país após séculos de humilhação e de opressão colonial. O objetivo principal é que a China se torne uma nação próspera, moderna e influente, capaz de recuperar sua posição de outrora, como uma das principais potências mundiais. O líder atual, Xi Jinping, almeja até o ano de 2049, quando alcançará o centenário

de sua república, tornar-se um exemplo moderno de nação socialista (HOLMES; YOSHIARA, 2018).

A realização desse sonho nos direciona principalmente às mudanças de prioridade realizadas nas componentes políticas, econômicas e militares iniciadas por Deng Xiaoping ³ (1904-1997) e implementadas pelo líder atual Xi Jinping, que envidaram os esforços da nação para um modelo de desenvolvimento pautado nos recursos do mar.

A mudança na componente econômica teve como meta aumentar os rendimentos disponíveis para os habitantes urbanos e rurais, reduzir a desigualdade de renda, melhorar o acesso a cuidados médicos, aumentar os níveis de educação, elevando a proporção da população com diploma universitário (HOLMES; YOSHIARA, 2018).

O notável crescimento econômico chinês, derivado dessa mudança, tem suas raízes em um vasto esforço de produção e um complexo sistema de exportações e importações que dependem substancialmente do mar, o que resultou em melhorias sociais significativas. No entanto, é importante destacar que essa mudança na componente econômica também gerou uma forte dependência estrangeira para sustentar esse desenvolvimento. Esse fato reforça a relevância do mar para a China, uma vez que é responsável pela maior parte do comércio exterior do país.

Os líderes chineses cientes dessa importância, e da necessidade de manter uma política econômica que tenta elevar o padrão de vida do maior número possível de seus cidadãos por meio do desenvolvimento econômico, envidam esforços para garantir a circulação de seus bens no mar, visto que, essa se tornou uma questão vital para a sobrevivência da China. Essa política recusa-se a entregar a segurança marítima do leste asiático, um interesse prioritário, para outras potências, principalmente aos EUA (HOLMES; YOSHIARA, 2018).

Para se estabelecer como uma potência hegemônica na Ásia, o Partido Comunista Chinês realizou outro processo de mudança econômica relevante, orientada por uma perspectiva de longo prazo e com avaliação pragmática, colocando os interesses capitalistas controlados pela autoridade do Estado, como dito a seguir:

³ Líder comunista da RPC do final dos anos 1970 até sua morte em 1997. Iniciou a implementação de mudanças que ocasionaram um grande crescimento econômico e melhora nos padrões de vida da população. Expandiu consideravelmente também as liberdades pessoais e culturais.

A autoridade política deve gerir a economia para produzir mais riqueza, de maneira cada vez mais eficaz, para construir um país moderno, rico e poderoso. As políticas macroeconômica, industrial, comercial, de ciência e tecnologia, e de defesa devem estar a serviço da grande estratégia social e nacional, e da luta pela conquista ou reconquista de uma posição internacional autônoma e preeminente. A planificação estratégica visa à “harmonia”, vale dizer, ao equilíbrio de forças. Nesse sentido, os interesses privados (ou capitalistas) não devem ser poderosos o suficiente para ameaçar a supremacia incontestável do Estado, que mantém um amplo conjunto de empresas públicas e regula rigorosamente diversas esferas econômicas e as relações com o exterior (CINTRA; SILVA FILHO; PINTO, 2015, p. 16).

O reconhecimento da relevância do mar e a aceitação de um capitalismo "controlado" desempenhou um papel importante no desenvolvimento econômico da China nas últimas décadas. A China passou por uma transformação notável, adotando uma abordagem gradual para a abertura de seu mercado e introduzindo princípios capitalistas em sua economia (CINTRA; SILVA FILHO; PINTO, 2015).

O sistema econômico chinês é constantemente descrito como "socialismo de mercado", mesclando elementos do socialismo com a busca de oportunidades de mercado e a busca pelo lucro. Como resultado da “controlada abertura econômica”, o país testemunhou um rápido crescimento, fazendo da China a segunda maior economia do mundo. O capitalismo e a priorização para o comércio marítimo desempenharam um papel fundamental nesse crescimento, impulsionando a industrialização, a inovação tecnológica, o comércio internacional, que é prioritariamente marítimo, e o aumento do padrão de vida de muitos chineses (CINTRA; SILVA FILHO; PINTO, 2015).

Para exemplificar o abissal crescimento econômico chinês devemos ressaltar que em 1980 seu PIB era inferior a 300 bilhões de dólares, mas em 2015, passou para 11 trilhões de dólares, fazendo da China a segunda maior economia do mundo. Em 1980, o comércio exterior chinês totalizava menos de 40 bilhões de dólares, mas em 2015, centuplicou para 4 trilhões (ALLISON, 2017).

Contudo, apesar do grande crescimento, é relevante destacar que o sistema econômico chinês apresenta características distintas do capitalismo ocidental. O governo chinês mantém um forte controle das estatais e nunca abriu concessões em relação aos setores estratégicos da sua economia, como finanças, energia e telecomunicações, exercendo um papel ativo na regulação e no planejamento econômico.

Em relação às mudanças na componente da política, a China voltou todos os seus esforços para assumir sua posição de direito em um mundo multipolar, presumivelmente,

como potência dominante da Ásia, e tenta relativizar o poder da influência e da presença americana, considerando essa situação como desatualizada e fora de sintonia para a futura ordem regional (HOLMES; YOSHIARA, 2018).

A China vem causando espanto ao mundo com seu descomunal crescimento, resultado de sua reestruturação e da sua transformação na componente política, direcionando os esforços para quatro grandes áreas de modernizações: a agricultura, a indústria, a ciência e tecnologia e a defesa nacional.

Para se estabelecer como potência continental, visando principalmente expandir sua influência e consolidar uma complexa rede de acordos de livre comércio em um arranjo multilateral, aumentando assim seu *soft power*⁴ no cenário global, foi realizado o lançamento em 2013 do "*One Belt, One Road*" (OBOR), que teve como base a antiga rota da seda. Esse empreendimento buscou promover a integração do Extremo Oriente à Europa Ocidental, estabelecendo conexões terrestres através da Rússia e conexões marítimas através do Oceano Índico (ALLISON, 2017).

O objetivo do OBOR (FIG. 2, ANEXO B), não é simplesmente econômico, ele pretende viabilizar à China projetar seu poder aos mais variados continentes, fazendo principalmente a balança do poder geoestratégico pender para a Ásia.

Esses investimentos, demonstram que a principal tática empregada pela China para ampliar sua influência não são suas respeitáveis forças militares, mas sim a geoeconomia, que permite utilizar instrumentos econômicos e políticas de investimentos, até mesmo sanções, para conquistar metas geopolíticas (ALLISON, 2017).

Analisando detalhadamente, a China conduz sua política externa sob o alicerce econômico, tendo como mote principal o lema de Sun Tzu: "A excelência suprema não reside em vencer todas as batalhas, mas em derrotar o inimigo sem lutar". Quando os possíveis adversários estão dispostos a resistir, a China cessa as importações e suspende as exportações, como o ocorrido com o Japão em 2010 (queria convencer o Japão a devolver os pecadores chineses detidos), com a Noruega em 2011, boicotando a compra do salmão norueguês (punindo a Noruega pela seleção do comitê nobel que premiou um dissidente Liu Xiaobo), com a Filipinas em 2012, com a prolongada inspeção das bananas a serem

⁴ O conceito de "*soft power*" foi cunhado pelo cientista político Joseph Nye em seu livro "*Soft Power: The Means to Success in World Politics*". Segundo Nye, o *soft power* refere-se à capacidade de um país influenciar o comportamento dos outros por meio da persuasão, em vez de usar apenas o poder militar ou econômico (WEDIN, 2015).

exportadas, causando o seu apodrecimento (para forçar o governo filipino a mudar as intenções sobre as controvérsias relativa ao recife de Scarbo). A superioridade econômica chinesa respalda sua política e obriga muitos países a ceder em relação a suas ambições (ALLISON, 2017).

A mudança da componente militar impele os estrategistas chineses a uma autoavaliação do passado e tenta banir as memórias dolorosas do “século de humilhação⁵” nas mãos de conquistadores marítimos, que demonstrou principalmente a fragilidade chinesa em relação a seu antigo poderio Naval.

Fazendo uma breve análise histórica militar, podemos concluir que um fator primordial para a mudança da postura da componente militar, se refere principalmente à redução da ameaça terrestre que preocupava a China, sendo hoje praticamente irrelevante. O declínio da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e o grande esforço diplomático para resolver suas contendas terrestres com a Rússia, o Vietnã e a Coreia do Norte, libertou a China de uma das suas principais preocupações com suas fronteiras terrestres (HOLMES; YOSHIARA, 2018).

Nesse ínterim, esforços que outrora foram empregados na defesa das fronteiras terrestres foram redirecionados para o Poder Naval. Ao término da década de 1980, estrategistas chineses, acreditavam em uma maior probabilidade de conflito ao longo de sua periferia oceânica (conforme ilustrado na TABELA 1, ANEXO E), quando comparado com sua fronteira terrestre (HOLMES; YOSHIARA, 2018).

O possível conflito pelo qual os planejadores militares chineses se preparam está no mar, todas as potências que exerceram poder sobre a China durante o século da humilhação, exerciam a supremacia naval como dogma. Xi está determinado a não reincidir o erro do passado e vêm fortalecendo sua capacidade naval, baseando-se numa estratégia

⁵ O termo "século da humilhação" é frequentemente usado na China para se referir a um período específico da história do país, que ocorreu do século XIX até meados do século XX. Durante esse período, a China enfrentou uma série de conflitos militares, revoltas internas e pressão externa por parte de potências estrangeiras. Durante o século XIX, a China experimentou uma série de derrotas militares para as potências ocidentais, como a Guerra do Ópio contra o Reino Unido (1839-1842) e a Guerra Franco-Chinesa (1884-1885). Esses conflitos resultaram na imposição de tratados desiguais, que forçaram a China a conceder territórios, abrir portos para o comércio estrangeiro e ceder direitos comerciais e extraterritoriais às potências ocidentais. No início do século XX, a China enfrentou mais instabilidade interna, incluindo a queda da dinastia Qing em 1911 e o período subsequente de fragmentação política. Durante a Segunda Guerra Sino-Japonesa (1937-1945), a China também enfrentou a agressão militar do Japão, que causou devastação e sofrimento em larga escala. Esse período é considerado uma época de humilhação para a China porque o país foi subjugado, dividido e explorado por potências estrangeiras. Os chineses sentiram uma perda de soberania e uma sensação de injustiça diante das imposições e agressões que sofreram (MITTER, 2021).

de “defesa avançada” que busca o controle dos mares próximos à China dentro da “primeira cadeia de ilhas” (FIG. 3, ANEXO C), que se estende do Japão, passando por Taiwan, até a Filipinas e o MSC (ALLISON, 2017).

É possível observar uma redução da importância relativa atribuída às forças terrestres, em favor das forças militares focadas no poder aéreo e naval. Isso implica em mudanças na percepção das principais ameaças enfrentadas pelo país e em como o poder militar, especialmente o aéreo e naval, pode ser um instrumento para avançar os interesses nacionais (CINTRA; SILVA FILHO; PINTO, 2015).

Basicamente, a China, como um país com uma economia em rápido crescimento e dependente do comércio marítimo para o abastecimento de recursos e a exportação de bens, reconhece a importância vital dessas rotas marítimas, e por consequência, da Marinha. Por conseguinte, a expansão de sua presença marítima busca garantir o acesso desimpedido às Linhas de Comunicações Marítimas (LCM), garantindo assim o livre fluxo do comércio chinês e protegendo seus interesses econômicos (FIG. 1, ANEXO A).

A decisão da China em expandir sua presença marítima é fundamentada pelo grande desafio geográfico que a limita. A rota de acesso aos oceanos Pacífico e Índico é formada por diversos estados insulares com a capacidade de bloquear ou restringir o acesso chinês às Linhas de Comunicação Marítima (LCM). Na perspectiva de Pequim, a primeira cadeia de ilhas (FIG. 3, ANEXO C) parece uma espécie de “barreira ao contrário”, imposta pelos Estados Unidos com o propósito de conter o poder marítimo chinês (KAPLAN, 2014).

Outro ponto a destacar nas mudanças implementadas na componente militar foi a priorização no investimento para as despesas militares (conforme ilustrado na TABELA 2, ANEXO F), com o intuito de alcançar um maior nível de sofisticação tecnológica nas Forças Armadas. Essa iniciativa tornou-se uma característica permanente dos gastos públicos da China.

A demonstração do poderio tecnológico dos Estados Unidos durante as guerras no Iraque, aliado aos desafios constantes relacionados a Taiwan, levou a China a adotar novas estratégias voltadas para a preparação de guerras locais sob condições de informatização e guerra eletrônica integrada em rede (CINTRA; SILVA FILHO; PINTO, 2015).

Nos últimos anos, para atingir um respeitável nível de desenvolvimento tecnológico, a pesquisa científico-militar desempenhou um papel central nos esforços chineses. Isso ocorreu não apenas por meio do uso de tecnologia estrangeira licenciada, mas também

mediante incentivos à inovação dentro do próprio território chinês (CINTRA; SILVA FILHO; PINTO, 2015).

A China reconhece que sua notória evolução econômica, política e militar tem sido impulsionada principalmente pelos recursos que advém do mar. Com isso em mente, ela se preparou e está apta a aplicar a estratégia da coerção descrita por Schelling, por ter atingido seu objetivo de aumentar sua própria influência no continente asiático e rejeitar as influências externas, especialmente a dos Estados Unidos. No entanto, para obtermos uma compreensão mais aprofundada da aplicabilidade da teoria de Schelling nessa crise, é crucial ampliar nosso conhecimento sobre o principal teatro de operações em disputa, que é o MSC.

3.2 O Mar do Sul da China

A ascensão da China como potência continental, respaldada principalmente pela sua necessidade do comércio marítimo e alicerçada pela dependência de matérias-primas, reforça a postura chinesa em não ceder em suas reivindicações no MSC. Os EUA, ciente da firme postura que a China vêm adotando e temendo perder seu protagonismo mundial, tenta frear o ímpeto expansionista chinês, sendo o Mar do Sul da China o teatro de operações em disputa.

O MSC também é conhecido como "Garganta do Pacífico" devido a sua importância estratégica, uma vez que abrange relevantes estreitos como: Malaca, Sunda, Lombok e Makassar e serve como uma rota vital para o comércio internacional, facilitando o fluxo de transporte de mercadorias do Oceano Índico ao Pacífico. Cerca de um terço do comércio marítimo global passa por essa região (KAPLAN, 2014).

Esse Mar desempenha um papel importante nas considerações de segurança em todo o Leste Asiático, porque o Nordeste Asiático depende fortemente do fluxo de petróleo e comércio através das rotas marítimas que passam por ele. (CINTRA; SILVA FILHO; PINTO, 2015).

Além de sua importância estratégica em termos geográficos, o MSC também possui reservas substanciais de hidrocarbonetos líquidos e gasosos, o que confere também relevância econômica à área, que justifica as constantes contendas entre os Estados

ribeirinhos, que buscam reivindicar direitos sobre essa região (CINTRA; SILVA FILHO; PINTO, 2015).

As características geoestratégicas do MSC, são relevantes não somente para os Estados locais, mas também para todas as nações que dependem do comércio internacional. O MSC se firmou como uma área de relevância econômica, caracterizada essencialmente por ser o principal responsável pelo considerável crescimento econômico da República Popular da China (RPC) e das nações limítrofes. Tal importância, explica a razão pela qual os Estados Unidos estão enfaticamente lutando para manter sua influência na região, não permitindo que a China seja vitoriosa em suas reivindicações de soberania, que ratificaria sua força na Ásia e garantiria seu crescimento econômico.

Devido à riqueza da região mencionada, esta se torna uma área de constantes reivindicações (FIG. 4, ANEXO D). A China, por exemplo, reivindica soberania sobre as Ilhas Spratly e Paracel, além de outras reivindicações dentro de sua ambígua autoproclamada "linha de nove traços", as contestações giram em torno ou em parte, por Brunei, Filipinas, Malásia, Vietnã e Taiwan (EUA, 2022).

Em resposta às contínuas ações assertivas realizadas pela China que procuram validar essas contestações, Indonésia, Malásia, Filipinas e Vietnã rejeitaram publicamente as reivindicações de Pequim e invocaram o direito internacional em apoio aos seus direitos soberanos marítimos região (CINTRA; SILVA FILHO; PINTO, 2015).

A China também começou a realizar atividades militares não somente dentro, mas também fora da Primeira Cadeia de Ilhas, incluindo as zonas econômicas exclusivas (ZEEs) de outros países, como a dos Estados Unidos. Essa atividade destaca o duplo padrão da China na aplicação de sua interpretação do direito internacional. Exemplos, incluem o envio de navios de coleta de inteligência para acompanhar exercícios militares, como o ocorrido ao largo do Havaí em 2014 e 2018, ao largo da Austrália em 2017, 2019 e 2021, e operando perto do Alasca em 2017 e 2021. Os navios de pesquisa da RPC também são extremamente ativos no MSC e frequentemente operam nas ZEEs reivindicadas de outras nações da região, como Filipinas, Vietnã e Malásia (EUA, 2022).

Como visto, as controvérsias mais relevantes em torno do MSC estão pautadas em questões de influência, soberania e direitos marítimos da República Popular da China (RPC), que reivindica mudanças na atual ordem mundial, sendo essas contestações as principais causas da crise, impondo aos protagonistas um constante jogo de ameaças e estratégias

para serem capazes de repelir a presença recíproca nessa área. Contudo, faz-se mister contextualizarmos a evolução da crise que ocorre no MSC.

3.3 A Evolução da Crise

A crise entre a China e os Estados Unidos no MSC é uma questão complexa e de relevante magnitude geopolítica. Essas duas potências possuem considerações divergentes e estão envolvidas em disputas que abrangem segurança, liberdade de navegação e influência na área.

A China reivindica uma vasta área do Mar do Sul da China, utilizando como base sua história e geografia, como dito anteriormente, pleiteia a chamada "linha de nove traços" (FIG. 4, ANEXO D). Os "nove traços", foram criados em 1953 por documentação oficial do país, correspondendo a aproximadamente 90% da área do MSC (ALLISON, 2017).

O que se observa nos "nove traços", é uma contestação sobre áreas marítimas que, mesmo englobando a posse das áreas terrestres situadas dentro desse perímetro, não são uma projeção traçada a partir dessas áreas. Portanto, ainda que a China detivesse a posse das ilhas Paracel e Spratly, bem como as águas jurisdicionais adjacentes, a sua reclamação territorial não estaria totalmente atendida já que estaria aquém dos limites dos "nove traços" (CINTRA; SILVA FILHO; PINTO, 2015).

A luz do aspecto geopolítico, a posse da área reivindicada permitiria à China manter uma faixa contínua de ZEE até uma área localizada aproximadamente a mil quilômetros da entrada do Estreito de Malaca, detendo jurisdição, assim, sobre uma área rica em recursos naturais e de amplo tráfego marítimo (CINTRA; SILVA FILHO; PINTO, 2015).

No entanto, esses pleitos são contestados por outros países locais, como Vietnã, Filipinas, Malásia e Indonésia, que possuem suas próprias reivindicações territoriais sobre ilhas e as áreas marítimas na região (CINTRA; SILVA FILHO; PINTO, 2015).

Caso a China obtivesse sucesso em seu intento, esta possuiria uma ZEE imensamente extensa, exercendo grande influência em uma área de ricos recursos naturais e relevante tráfego marítimo. Não obstante, o fato de que sem essas reivindicações atendidas a China já cresce exponencialmente, em qual patamar ela chegaria se não fosse "freada"?

Os Estados Unidos demonstram preocupações sobre a atitude expansionista chinesa e seu possível impacto na liberdade de navegação e na estabilidade regional. Os americanos defendem o apoio global à liberdade de acesso ao MSC e conduzem frequentemente operações de liberdade de navegação, mesmo diante das diversas contestações e de protestos da China. Atualmente, atitudes hostis entre os navios de guerra de ambas as Marinhas são comuns, caracterizando ações de dissuasão e até mesmo, compulsão.

Outra questão de importância que causa um grande incômodo na China, é a autonomia de Taiwan, sendo esta constantemente contestada. A ilha de Taiwan ocupa a “posição central” mais crucial na costa chinesa, bem como a “posição central” na primeira cadeia de ilhas, o que lhe confere uma localização geográfica muito vantajosa e de grande valor estratégico (HOLMES; YOSHIARA, 2018).

O general Douglas MacArthur destaca que Formosa (Taiwan) era “um porta-aviões inafundável”, capaz de irradiar poder ao longo das costas da China, sempre a serviço da contenção estratégica dos EUA. Ficou claro para Pequim que a política dos Estados Unidos em direção ao apoio a Taiwan, derivou na maioria de cálculos geopolíticos rígidos. Os observadores chineses citaram o famoso discurso de MacArthur textualmente, como evidência dos esforços contínuos dos Estados Unidos para conter a China (HOLMES; YOSHIARA, 2018).

O espectro de Taiwan como uma base naval dos EUA claramente assombra Pequim, militarmente Taiwan é um recurso potencial de contenção que os EUA poderiam usar no Pacífico ocidental para conter a China e prejudicar seu crescimento econômico. Os EUA sabem que essa grande nação, tem uma fragilidade estratégica, sua dependência do comércio marítimo, que impulsionou, outrora, o “sonho chinês”.

O uso de Taiwan pode permitir o controle efetivo das linhas de comunicação marítima entre o Nordeste da Ásia e o Sudeste Asiático e o Oriente Médio, ameaçando o acesso de Pequim a recursos vitais. Assim, os EUA veem Taiwan como um “porta-aviões inafundável”, capaz de servir como uma “estação de retransmissão norte-sul para a Sétima Frota” e, assim, dar aos Estados Unidos um “grau máximo de controle sobre os mares do Leste e do sul da China” (HOLMES; YOSHIARA, 2018).

As disputas entre a China e os Estados Unidos no MSC não estão relacionadas apenas a questões territoriais e de recursos, mas também, à busca por influência estratégica na região da Ásia-Pacífico. O MSC tornou-se um ponto de atrito nessas disputas mais amplas,

que objetam na realidade o estabelecimento de uma posição de dominância nessa área.

Essas tensões entre a China e os Estados Unidos no MSC têm sido marcadas por uma série de incidentes e declarações hostis de ambos os lados, levantando preocupações sobre a possibilidade de escalada da crise. A comunidade internacional continua monitorando de perto essa situação devido a sua importância estratégica e estabilidade regional.

Esse mar em disputa possui extrema volatilidade, tanto política quanto econômica, e é detentor de aspectos que o torna único na geopolítica. Não somente os países banhados por suas águas, mas também outras potências demonstram interesses em influenciar essa área.

A estabilidade na região é vital para a paz e segurança global. O MSC tem um impacto direto na dinâmica geopolítica da Ásia, afetando as relações entre diversos países e organizações internacionais.

A presença naval na região confere vantagens estratégicas, incluindo a capacidade de controlar rotas de comércio, projetar poder e influenciar eventos geopolíticos.

Sobre o enfoque chinês, priorizado nessa pesquisa, sua importância se deve essencialmente ao fato de ser sua principal rota marítima de exportação e importação, o Estreito de Malaca é o local onde passa o petróleo importado da China, proveniente do Oriente Médio (HOLMES; YOSHIARA, 2018).

Nesse diapasão, a evolução da crise vai além do espectro de contestações de soberania e influência, existe todo um preparo estratégico militar que acompanhou esse processo de reivindicações e contestações. Resumidamente, a China adotou a estratégia anti-acesso/ negação de área (A2/AD), que tem como principal objetivo dissuadir a presença americana no MSC, ameaçando os EUA com uma guerra cara demais para ser travada.

Em contraste, para se contrapor a essa medida, os EUA desenvolveram uma estratégia conjunta chamada de AirSea Battle (ASB), que visa anular os esforços A2/AD e compelir a China a alterar sua atitude expansionista. Para melhor entendimento, essas estratégias serão pormenorizadas, ao serem associadas à aplicabilidade da dissuasão e da compulsão da teoria de Schelling, no quarto capítulo.

Agora que contextualizamos o ressurgimento do protagonismo chinês, sustentado, principalmente, pela necessidade de domínio dos mares a seu redor e que discorreremos sobre o mencionado mar como o teatro de operações em disputa, entendendo o pleito chinês e como esse afetaria o protagonismo mundial dos EUA, devemos confrontar a

estratégia chinesa e a americana com a aplicabilidade da Teoria de Schelling.

4 A APLICABILIDADE DA TEORIA DE SCHELLING NA ESTRATÉGIA CHINESA E AMERICANA

A aplicabilidade da teoria de Schelling na crise entre China e EUA pode ser observada sob diversos enfoques. Os dois países estão em uma relação de ameaças, participando de um jogo estratégico no qual as ações de um afetam as opções e os resultados do outro. A teoria de Schelling nos ajuda a entender como a China e os EUA tomam decisões estratégicas com base em sua percepção do poder relativo recíproco, como utilizam a coerção dividida em dissuasão e compulsão, e como essa aplicabilidade, pode levar a um equilíbrio ou desequilíbrio de poder.

Para seguir uma linha de raciocínio inteligível, que possibilitasse uma melhor compreensão dessa crise, no segundo capítulo foram explicitados os conceitos como estado de paz, crise, conflito armado, comportamentos estratégicos e seus resultados esperados na manobra de crise, além de detalhada a coerção aplicada na crise segundo conceitos de Schelling.

No entanto, para podermos confrontar a teoria de Schelling as estratégias aplicadas pela China e EUA, foi necessário contextualizar a origem da rivalidade existente. Sendo mister abordar tópicos que versavam desde a ascensão chinesa orientada pelo “sonho chinês” ao teatro de operações em disputa, ou seja, o MSC, até a evolução da crise.

Nesse ínterim, foi descrito no terceiro capítulo do presente estudo que a atual estratégia nacional da RPC visa alcançar "o grande rejuvenescimento da nação chinesa" até 2049. A sua estratégia é uma busca pela modernidade política, econômica e militar para expandir o poder nacional da RPC, aperfeiçoar sua governança e revisar a ordem internacional em apoio ao sistema de governança de Pequim e aos interesses nacionais. Logicamente, a execução da visão estratégica chinesa em revisar a ordem internacional, por si só, já rivalizaria com as ambições americanas.

Conforme também vimos nesse capítulo, para aumentar sua influência, a política externa da RPC busca construir uma comunidade com um único destino, como a iniciativa do OBOR, que apoie sua estratégia para realizar "o grande rejuvenescimento da nação chinesa". A ambição revisionista de Pequim para uma nova ordem internacional deriva dos objetivos de sua estratégia nacional expansionista, que incluem diversas reivindicações no MSC que os EUA buscam conter, além de tentar diminuir a influência americana na região.

Em 2021, por exemplo, a RPC empregou várias ferramentas diplomáticas na tentativa de erodir a influência dos EUA, como destacar a saída dos EUA do Afeganistão e ressaltar as parcerias de segurança idealizadas pelos EUA, incluindo o Quad (Austrália, Índia, Japão e Estados Unidos) e a parceria Austrália, Reino Unido e Estados Unidos (AUKUS) (EUA, 2022).

Conforme essas afirmações, fica claro que existe dois enfoques estratégicos antagônicos que caracterizam a crise. Na visão do Departamento de Defesa dos EUA, a atitude chinesa é conflituosa e dissuasiva, tendo como principal objetivo expandir sua influência e direitos de soberania no MSC. Em contrapartida, a visão chinesa, percebe que o enfoque estratégico americano é conter o crescimento chinês e diminuir sua expressão local.

Em tal conflito de interesses estratégicos, evidenciado na evolução da crise, detalhada no terceiro capítulo, percebe-se que a aplicabilidade da teoria de Schelling, explicitada no segundo capítulo, tem aderência. Sendo de fácil percepção o uso da coerção, na forma de dissuasão ou de compulsão.

Na forma de dissuasão, a China pode implementar a dissuasão econômica e política, porém, certamente está pronta para uma efetiva dissuasão militar se necessário, pois, vêm modernizando suas forças armadas e expandindo sua capacidade militar, com o objetivo de dissuadir potenciais ações militares dos EUA ou de outros países em relação às questões sensíveis, como a soberania de Taiwan e as disputas territoriais no MSC.

Através do fortalecimento de suas capacidades militares, incluindo o desenvolvimento de mísseis balísticos, submarinos nucleares e tecnologias A2/AD, a China busca criar uma situação em que os custos de uma ação militar para os EUA sejam altos e desencorajadores (ALLISON, 2017).

Com relação à dissuasão econômica, a China tem utilizado medidas geoeconômicas como forma de ameaçar os EUA. Ao adotar essas medidas, a China busca demonstrar que tem capacidade de causar danos econômicos significativos aos EUA, caso haja uma escalada das tensões bilaterais. Essa abordagem visa dissuadir os EUA de adotarem políticas de sanções ou ações prejudiciais aos interesses chineses (ALLISON, 2017).

Não menos importante, a China também aplica a dissuasão política em virtude de vir ampliando sua influência política e diplomática para dissuadir os EUA, procurando criar um ambiente em que os EUA enfrentem obstáculos significativos caso busquem ações prejudiciais aos interesses chineses ou a sua posição de liderança regional (ALLISON, 2017).

Referente à aplicabilidade do segundo aspecto da coerção, a compulsão, esta vem

sendo aplicada de maneira crescente, contudo, para evitar a evolução da crise, ela deveria ser utilizada de forma mais moderada, porque essa medida é mais radical que a dissuasão. A compulsão está sujeita a uma série de fatores políticos, econômicos e estratégicos que molda suas interações e pode ter implicações significativas na dinâmica da crise entre esses dois países.

Mesmo diante dos riscos citados do uso da compulsão nessa crise, é necessário ressaltar que sua aplicabilidade está aumentando, os EUA apresentam preponderância em sua utilização, contudo, não são incomuns eventos em que a China tenta forçar a expulsão de navios americanos do MSC.

Conforme mencionado no segundo capítulo, a compulsão é uma estratégia em que um país busca forçar o outro a tomar determinadas ações, geralmente por meio da demonstração de poder e da imposição de custos significativos, é uma estratégia complexa e envolve uma análise cuidadosa dos cálculos de custo e benefício por parte dos atores envolvidos.

As interceptações realizadas por militares chineses aos americanos vêm ocorrendo com relativa frequência, tais situações podem se transformar em incidentes de maior gravidade. Isso ocorreu no caso da colisão entre uma aeronave de reconhecimento norte-americana EP-3 e uma aeronave de caça chinesa F-8 em 2001, nas proximidades da ilha de Hainan. Ocorreu também no caso das embarcações norte-americanas Impeccable e Victorious, em 2009. Incidentes desse tipo poderiam levar a uma escalada de hostilidades e/ou a uma crise política severa entre os dois países (CINTRA; SILVA FILHO; PINTO, 2015).

Conforme citado no segundo capítulo, na resolução de uma crise, as partes sempre buscam uma nova paz que seja vantajosa e que satisfaça a seus interesses, tentando impor sua vontade à outra, ameaçando-a com a possibilidade do uso da violência e até com a efetiva utilização limitada da força (SCHELLING, 1966).

Logo, um dos envolvidos tem de ceder à ameaça do outro. No entanto, os americanos não intentam ceder à pressão chinesa, eles entendem que sua presença militar no Pacífico e, em particular, no Leste da Ásia, será permanente, e essa decisão decorre de um conjunto de razões, destacando-se: a presença de territórios norte-americanos naquele espaço ou próximos a ele; a importância de assegurar a manutenção das linhas de comunicação marítima; a necessidade de garantir a segurança do Japão e da Coreia do Sul; e, de forma geral, a importância de garantir a estabilidade do Leste da Ásia (CINTRA; SILVA

FILHO; PINTO, 2015).

A presença dos Estados Unidos no MSC, portanto, está relacionada à defesa da liberdade de navegação, ao apoio a aliados e a parceiros regionais, à manutenção do equilíbrio de poder e garantia da segurança na região. Além disso, sabendo da capacidade do crescimento chinês, caso exerça maior influência na área em disputa, os EUA dificilmente cederão às ameaças chinesas, aumentando a possibilidade de escalada da crise.

Em síntese, a aplicabilidade da teoria de Schelling nessa crise é observável no enfoque econômico, político e militar. O enfoque econômico chinês, não busca apenas melhorar a qualidade de vida da população, mas também utilizar a geoeconomia como uma forma de pressionar e ameaçar potenciais adversários, sendo assim, uma iniciativa preponderantemente dissuasiva. Com relação ao enfoque político, a China ao expandir sua rede de acesso e de influência, por meio de investimentos em diversas áreas, como o projeto OBOR, da mesma forma pode atuar na política local, sendo esta outra forma de dissuasão. Entretanto, é sob o enfoque militar que tanto a compulsão, como a dissuasão podem ser mais facilmente observadas, somente o fato do impressionante crescimento militar da China já adverte a todas as potências do mundo o quão dispendioso seria um conflito bélico com esse país.

Nesse contexto, é sob o enfoque militar, que podemos notar a plena aplicabilidade da teoria de Schelling nos dois aspectos da coerção, a compulsão e a dissuasão, no entanto, dentro do enfoque militar, faz-se mister destacar, duas estratégias que personificam sobremaneira a teoria de Schelling, sendo a A2/AD utilizada pela China e a AirSea Battle utilizada pelos EUA.

4.1 A Aplicabilidade da Estratégia A2/Ad Relacionada à Dissuasão da Teoria de Schelling

A estratégia A2/AD é um conceito contemporâneo que se refere à estratégia de guerra projetada para impedir que um oponente opere suas forças militares em proximidade ou dentro de uma região contestada. Esses termos são amplamente debatidos e são considerados desafios estratégicos primários para os objetivos de segurança internacional dos Estados Unidos, seus aliados e parceiros. Entretanto, embora o anti-acesso e a negação

de área sejam desafios estratégicos contemporâneos, é importante ressaltar que eles têm raízes antigas e são técnicas estratégicas que têm sido empregadas ao longo da história militar (TANGREDI, 2013).

Em 480 a.C., as cidades-estado gregas enfrentaram uma ameaça a sua existência quando o imperador persa Xerxes liderou a maior força armada já reunida, com mais de 1,7 milhão de soldados e 1.327 navios de guerra, em uma campanha de conquista e vingança. As cidades gregas, como Atenas, Corinto e Esparta, podiam reunir apenas de oito a dez mil hoplitas de infantaria (TANGREDI, 2013).

Nesse conflito, o estrategista ateniense Temístocles, considerado um pioneiro no conceito anti-acesso, ganhou crédito pelas táticas utilizadas. Ele planejava enfrentar os persas em alto-mar, longe da Grécia continental, e adotou diversas estratégias para negar o acesso à região de Tessália, protegendo assim a segurança de sua cidade. Essa abordagem foi essencial para enfrentar o inimigo avassalador e preservar a liberdade das cidades-estado gregas. (TANGREDI, 2013).

Outro conflito, que consagrou a aplicabilidade da estratégia A2/AD foi a Guerra do Golfo de 1991, esta guerra parece ofuscada por conflitos subsequentes e mais longos, com seus resultados menos conclusivos. Mas foi a tremenda vitória da coalizão liderada pelos EUA contra as forças de Saddam Hussein no Kuwait e no sul do Iraque que forneceu o impulso para o exame moderno da estratégia A2/AD (TANGREDI, 2013).

Muitas nações analisariam a Guerra do Golfo e concluiriam que, de alguma forma, a grande capacidade de projeção de poder dos EUA deveria ser evitada, mas como? A melhor resposta seria utilizar a estratégia A2/AD para dissuadir os EUA. Tal estratégia visa criar uma zona de negação eficaz, tornando custoso e arriscado demais para o oponente a realização de operações militares em uma área específica. Ela é frequentemente adotada por atores militares com menor poder em relação a seus adversários, buscando nivelar o campo de jogo e criar vantagem defensiva.

Negar o acesso a um inimigo é um objetivo inerente a qualquer defensor e deve ser considerado como um componente essencial de qualquer campanha militar. No entanto, os termos "anti-acesso" e "negação de área", conforme utilizados atualmente, têm a finalidade específica de denotar uma abordagem estratégica voltada para a defesa contra um oponente que é considerado superior em termos de força ou habilidade nas operações de combate em geral. Portanto, o objetivo de uma estratégia A2/AD é impedir que o atacante

leve sua força operacionalmente superior para a região contestada ou impeça que o atacante opere livremente dentro da região, maximizando assim seu poder de combate (TANGREDI, 2013).

Nesse diapasão, sem atingir o centro de gravidade, o atacante jamais conseguirá a vitória. Para o defensor, o resultado desejado não é apenas o impasse, porém também o desgaste das forças do atacante, de tal forma, que o atacante perde com o tempo qualquer capacidade de fazer um ataque decisivo no centro de gravidade e nunca conseguirá a vitória (TANGREDI, 2013).

Embora a China negue utilizar essa estratégia, ela tem sido amplamente mencionada como um país que adota a estratégia A2/AD de forma significativa. Após observar atentamente a Guerra do Golfo, a China percebeu a imensa capacidade de projeção de poder dos Estados Unidos e, temendo que essa capacidade pudesse ser usada contra ela, buscou aprimorar suas técnicas militares para dificultar ou tornar muito custoso um embate direto.

Consoante ao apontado no terceiro capítulo, os avanços tecnológicos e o desenvolvimento de capacidades militares modernas desempenham um papel fundamental na capacidade da China de implementar essa estratégia. A China investiu em pesquisa e desenvolvimento para fortalecer suas capacidades militares em áreas como mísseis antinavio, sistemas de defesa aérea, guerra eletrônica, cibernética, submarinos e vigilância e reconhecimento. Essas capacidades são essenciais para negar o acesso e a ação de potenciais adversários em uma região disputada.

A estratégia A2/AD da China visa proteger seus interesses territoriais e sua influência na região, bem como dissuadir possíveis intervenções militares por parte de potências externas. Ao desenvolver essas capacidades avançadas, a China busca equilibrar o cenário estratégico e garantir a segurança de suas áreas contestadas.

Diante disso, fica claro que a estratégia A2/AD adotada pela China se correlaciona com a teoria de Schelling em termos de sua natureza defensiva e do uso de capacidades militares como forma de ameaçar e dissuadir seus inimigos. Conforme visto no segundo capítulo, a dissuasão é voltada para a defesa, é passiva, visa manter o status quo. Tem por finalidade fazer o adversário desistir de sua intenção, tenta intimidar o inimigo por receio das consequências que podem ser impostas a ele.

Pode-se constatar, que a China busca demonstrar sua capacidade de negar acesso a

uma área ou impedir a liberdade de ação de um adversário como forma de dissuasão. Ao desenvolver e aprimorar suas capacidades A2/AD, a China envia um sinal aos potenciais adversários de que um confronto direto seria custoso e arriscado, desencorajando assim uma escalada militar.

A estratégia A2/AD da China reflete essa abordagem dissuasiva da teoria de Schelling, pois, busca criar uma zona de negação para impedir que forças estrangeiras se aproximem de suas áreas sensíveis, como o MSC. Agindo de maneira passiva, a China procura minimizar a probabilidade de um confronto direto com uma potência militar superior, somente utilizando sua considerável capacidade de negar acesso ou restringir a liberdade de ação do adversário, ela tenta dissuadi-lo de buscar uma escalada militar e incentiva a busca de soluções diplomáticas ou negociações no gerenciamento dessa crise.

Alguns dos principais elementos da estratégia A2/AD da China incluem:

- Mísseis antinavio: a China desenvolveu mísseis balísticos e de cruzeiro de longo alcance, como os mísseis DF-21D e DF-26, projetados para atingir navios e porta-aviões inimigos em distâncias significativas;

- Sistemas de defesa aérea: a China tem implementado sistemas avançados de defesa aérea, como o sistema de mísseis antiaéreos HQ-9 e o sistema de mísseis de médio alcance HQ-16, com o objetivo de proteger seu espaço aéreo e negar o acesso a aeronaves inimigas.

- Guerra eletrônica e cibernética: A China tem investido em capacidades de guerra eletrônica e cibernética para interromper as comunicações, sistemas de comando e controle e capacidades de inteligência do oponente;

- Submarinos: a China tem desenvolvido submarinos convencionais e nucleares equipados com mísseis antinavio e capacidades furtivas, aumentando sua capacidade de negar o acesso e ameaçar navios inimigos em suas proximidades; e

- Vigilância e reconhecimento: a China tem aprimorado suas capacidades de vigilância e reconhecimento, incluindo o uso de satélites de observação, drones e aeronaves de vigilância para monitorar atividades marítimas e aéreas na região.

A estratégia A2/AD da China pode ser correlacionada com a teoria de Schelling em relação à sua abordagem defensiva com ênfase na dissuasão e na manipulação da incerteza para proteger seus interesses nacionais e evitar um confronto direto com potências militares superiores.

Em suma, considerando a história e a percepção de sua inferioridade militar, a China

adapta sua capacidade defensiva, concentrando-se principalmente em estratégias anti-acesso (A2) para impedir a entrada das forças dos EUA no teatro de operações, e em operações de negação de área (AD) para restringir sua liberdade de ação dentro desses limites. Essas operações AD envolvem contestar e impedir ações inimigas no ar, em terra, no mar e sob o mar, impossibilitando as operações conjuntas dos EUA dentro de seu espaço de batalha defendido (KREPINEVICH, 2003).

Em contrapartida, os EUA, visando manter seu protagonismo mundial, desenvolveu a estratégia AirSea Battle (ASB) que tem como objetivo principal, garantir que suas forças possam operar de maneira eficaz em ambientes com defesas A2/AD, superando as capacidades do seu adversário e mantendo a iniciativa nas operações. A estratégia ASB é uma resposta contínua aos desafios apresentados pela estratégia A2/AD e desempenha um papel crucial nas doutrinas militares dos Estados Unidos para a segurança ao nível regional e global.

4.2 A Estratégia Airsea Battle Relacionada a Compulsão da Teoria de Schelling

Até recentemente, a capacidade militar dos EUA estava efetivamente incontestada há décadas. Graças aos esforços do Exército Popular de Libertação da China (ELP), os EUA se deparam com uma escolha estratégica: começar a adaptar a maneira como projetam poder, juntamente com as mudanças correspondentes em suas capacidades militares e na estrutura de forças (KREPINEVICH, 2010).

A Força Aérea e a Marinha dos Estados Unidos concordaram em abordar a questão. Ambos os chefes se comprometeram em buscar um novo conceito operacional, criado para avaliar como as capacidades de projeção de poder dos EUA podem ser preservadas diante dos desafios militares colocados pela China (KREPINEVICH, 2010).

A premissa, no entanto, era clara: criar uma abordagem coordenada por ambas as forças no alinhamento da doutrina e, possivelmente, da estrutura de forças para lidar com a ameaça A2/AD emergente da RPC. Consoante com a Joint Operational Access Concept (JOAC), o conceito ASB é um conceito operacional limitado que se concentra no desenvolvimento de forças aéreas e navais integradas no contexto de ameaças A2/AD. O

conceito identifica as ações necessárias para derrotar essas ameaças e os investimentos humanos e materiais que serão utilizados para executar essas ações (TANGREDI, 2013).

O planejamento estratégico, visa uma análise em termos de sistema de armas específicos. A vantagem dessa análise aplicada à estratégia ASB, é que ela esclarece o grau em que a projeção de poder está ameaçado e gera uma discussão sobre possíveis contramedidas tecnológicas ou táticas. Também torna o anti-acesso mais compreensível para planejadores e tomadores de decisão que se concentram em programas, pesquisa, desenvolvimento e aquisição. A partir dessas perspectivas, analisar uma potencial campanha anti-acesso em termos de sistemas de armas é "prático" e evita as questões teóricas (TANGREDI, 2013).

Por exemplo, se o míssil DF-21 da RPC pode atingir uma embarcação em movimento no mar, melhorias nas características do navio, novas defesas contra mísseis balísticos podem ser necessárias para se contrapor a essa medida A2/AD, tornando estas ineficazes e assim, possibilitando a projeção de poder (TANGREDI, 2013).

Em virtude disso, fica claro que a estratégia ASB adotada pelos EUA, se correlaciona com a teoria de Schelling em termos de sua natureza ativa e do uso das capacidades militares como forma de compulsão. Segundo visto no segundo capítulo, a compulsão emprega a ameaça ao uso da força em etapas gradativas para atingir seus objetivos perante outros Estados, obrigando o adversário a alterar a sua atitude e a agir de acordo com seus interesses, é uma ameaça positiva, impele o oponente a conformar-se a um comportamento estabelecido, visa intimidar o adversário a desfazer uma ação já realizada ou realizar algo que ele não deseja. A ameaça é ativa, envolve ação.

A compulsão de Schelling envolve a criação de situações em que o adversário se sinta compelido a agir segundo a vontade do ator que realiza a compulsão. Isso é alcançado por meio do uso de ameaças críveis e pressões que levam o adversário a perceber que suas opções são limitadas e que a resistência ou o desafio pode levar a consequências indesejáveis.

Somente a existência da capacidade militar dos EUA, em si, já exerce a compulsão. Contudo, com a evolução militar chinesa e as medidas A2/AD adotadas, diminuíram a efetividade dessa compulsão, possibilitando a China equilibrar esse jogo estratégico. Nesse contexto, visando demonstrar que seus esforços são ineficazes e que mesmo a estratégia A2/AD pode ser suplantada, os EUA desenvolveram a estratégia ASB, procurando

desenvolver tecnologias que impelem seu possível oponente a alterar sua atitude, procurando assim intimidar seu adversário a desfazer suas ações. Desse modo, a estratégia ASB, tem por objetivo demonstrar que os esforços A2/AD chineses serão ineficazes e a China deve mudar sua postura, aceitando a liberdade de navegação e abdicando de seus pleitos no MSC. Tal postura, é ativa e seu enfoque se baseia na desistência de suas atitudes, caracterizando a compulsão defendida por Schelling.

Em suma, a estratégia ASB é uma resposta contínua aos desafios apresentados pela estratégia A2/AD e desempenha um papel crucial nas doutrinas militares dos EUA. Para alcançar esse objetivo, os EUA buscam desenvolver e aprimorar suas capacidades aéreas e marítimas, bem como a integração entre essas forças, a fim de neutralizar as defesas A2/AD do adversário. Isso envolve a supressão das capacidades inimigas, como sistemas de mísseis antinavio e de defesa aérea, além do controle do espaço eletromagnético para garantir uma vantagem tática significativa.

Nesse jogo estratégico, a dissuasão característica da estratégia A2/AD aplicada pela China se contrapõe à compulsão característica da estratégia ASB aplicada pelos EUA. No entanto, a China estaria alcançando seu objetivo em dissuadir os EUA no MSC? Os EUA estariam sendo eficazes em bloquear os esforços chineses A2/AD utilizando sua estratégia ASB, e poderia compelir a China a se submeter novamente a sua vontade? Para responder a essas perguntas, é importante realizar um confronto entre as estratégias A2/AD e ASB, levando em consideração a Teoria de Schelling, em relação ao caráter dissuasivo daquela, e o apelo para a compulsão desta.

4.3 A Estratégia A2/AD VS ASB, a Dissuasão e a Compulsão da Teoria de Schelling

Enquanto a A2/AD se concentra em negar ou dificultar o acesso e a liberdade de ação das forças inimigas em uma determinada área, a ASB visa superar essas defesas e manter a capacidade de operar efetivamente nesses ambientes. Nesse sentido, a China visa dissuadir os EUA de impor sua influência no MSC. Em contrapartida, os EUA intentam anular os esforços dissuasórios chineses, forçando a China a desistir de suas ambições e a novamente se submeter à ordem mundial comandada pelos americanos.

Qual dessas estratégias estaria prevalecendo no MSC? A princípio é impossível responder com precisão, contudo é possível estimar com razoável chance de acerto, mediante uma ferramenta específica, o jogo de guerra.

O Centro de Estudos Estratégicos Internacionais (CSIS), escolheu o ano de 2026 para sua simulação com base no limite dos orçamentos militares conhecidos publicamente. O cenário seria a liberdade de Taiwan em um referendo constitucional afirmando sua separação da China continental. Temendo a independência de Taiwan, o Partido Comunista Chinês reuniria seu exército e navios de transporte de tropas.

Para proteger a Taiwan democrática, a 7ª Frota dos Estados Unidos moveria os porta-aviões USS Abraham Lincoln e USS Ronald Reagan para a base americana em Guam. A China atacaria com um massivo ataque de mísseis surpresa.

A guerra teria como principais impactos:

- As forças chinesas, mesmo derrotadas, infligiriam danos massivos à economia de Taiwan, prejudicando sobremaneira a infraestrutura tailandesa e paralisando sua economia por muitos anos;

- Tanto Taiwan quanto os Estados Unidos poderiam sofrer impactos causados por ataques cibernéticos, que poderiam causar danos a sua infraestrutura civil e econômica;

- Os Estados Unidos sofreriam danos tremendos em suas forças militares. A reconstrução dessas capacidades levaria muitos anos;

- A reconstrução da Marinha Chinesa, dado o ritmo acelerado da modernização militar chinesa, levaria décadas, contudo, as Aeronaves seriam um pouco mais fáceis de substituir; e

- Outros países, por exemplo, Rússia, Coreia do Norte ou Irã – poderiam tirar vantagem dos EUA, podendo ocasionar prejuízos a sua posição global.

Em várias simulações de guerra, a maior parte teve o mesmo resultado: uma Taiwan livre e independente, uma vitória custosa para a Marinha e a Força Aérea dos EUA, a China humilhada e um desastre econômico global.

Como conclusão parcial, na opinião deste autor em relação ao resultado deste jogo de guerra, a vitória tática seria da estratégia ASB dos EUA, entretanto, é necessário destacar o grande preço que seria pago pelos americanos, caso esta crise evoluísse para o conflito armado.

Outro ponto em questão a ser observado: seria o objetivo da China efetivamente

vencer esta guerra, ou somente torná-la cara demais para ser travada? Pois, talvez a dissuasão defendida por Schelling e entrelaçada ao conceito da estratégia A2/AD, venha atingindo seu objetivo de tornar esta guerra cara demais e não lutar esta guerra, dando a vitória estratégica a China.

Em suma, é impossível determinar um possível vitorioso de maneira clara, levando em consideração que os EUA poderiam ter como mote final, vencer o conflito armado contra a China, enquanto esta poderia ter como mote final, simplesmente, ser tão ameaçadora a ponto de não precisar lutar essa guerra.

5 CONCLUSÃO

O objetivo principal deste trabalho foi responder as seguintes perguntas: atualmente, podemos ratificar a existência de crise entre os Estados Unidos e a China? Caso sim, poderíamos verificar a aplicabilidade da teoria de Schelling como recurso fundamental a ser utilizado nessa crise? Através dos jogos de guerra, poderíamos fazer um prognóstico do que aconteceria se o conflito realmente eclodisse?

Para atingir esse objetivo, exploramos conceitos fundamentais como crise, manobra de crise e demonstramos como se deu a ascensão chinesa, respaldada principalmente pela sua vocação marítima, que permitiu a ela rivalizar com a potência hegemônica da atualidade, os EUA.

A partir da análise teórica e dos conceitos explicados nessa pesquisa, foi possível concluir que a crise existe. Uma vez que, conforme demonstrado, é inegável a existência de um estado de grandes tensões entre os protagonistas, cuja coerção, explicitada por Schelling, é uma ferramenta consideravelmente usual e presente.

Sobre a aplicabilidade da teoria de Schelling, é factual afirmarmos que a dissuasão e a compulsão foram e são recursos amplamente utilizados. Contudo, com o desenrolar dos estudos, ao analisarmos a evolução das estratégias aplicadas pelas nações envolvidas, foi verificada uma relação mais estreita entre a estratégia A2/AD utilizada pela China com a dissuasão e a estratégia ASB utilizada pelos EUA com a compulsão.

Dessa forma, constatamos que a intenção chinesa ao utilizar a estratégia A2/AD, seria possibilitar alterar a ordem mundial em vigor no MSC. Foi evidenciado que o principal objetivo chinês é dissuadir os EUA, tornando a guerra uma opção muito cara a ser escolhida pelo seu opositor.

Em contraste, as forças armadas americanas não ficaram inertes a essa situação imposta pelos chineses. Os estrategistas da Marinha e da Força Aérea americana se uniram, em um esforço conjunto para se contrapor à ameaça que a estratégia A2/AD representa, criando a estratégia chamada de ASB, cuja principal finalidade é anular os esforços chineses e compelir a China a desistir de seus intentos e reivindicações no MSC.

Adicionalmente, foi apresentado o resultado de um jogo de guerra, que simulou um embate entre China e EUA, ocasionado em virtude de uma suposta declaração de

independência de Taiwan. Esse jogo teve como resultado a vitória dos EUA, mas alertou para diversas consequências advindas dessa guerra.

O resultado do jogo de guerra demonstrou que a vitória dos EUA, traria como consequência a decadência em todos os aspectos de Taiwan, grandes perdas econômicas e militares para a derrotada China, e até mesmo para o vitorioso EUA, destacando sua probabilidade de perda do protagonismo mundial.

Em síntese, no embate entre a estratégia A2/AD e ASB, ou seja, entre a dissuasão, que visa tornar a guerra custosa demais para os EUA e a compulsão, que visa forçar a China a desistir de suas reivindicações expansionistas no MSC. A vitória simulada no jogo de guerra foi dos EUA. Entretanto, esse autor considera essa vitória uma vitória tática, sendo a vitória estratégica da China.

É importante também ressaltar nessas interações, uma característica consideravelmente peculiar do jogo de guerra, na qual, as simulações que tendem a ser desastrosas, serão necessariamente desastrosas. Contudo, as interações que tiveram sucesso, não necessariamente, serão bem sucedidas. Portanto, seu prognóstico não é uma verdade absoluta.

Durante a evolução dessa pesquisa notamos que a aplicabilidade da estratégia A2/AD, não objetiva vencer a guerra, essa estratégia tem por finalidade impedi-la de acontecer. À luz desse ponto de vista, a China é mais do que vencedora. É notório, que a vitória para os EUA seria muito custosa, e que este correria até mesmo o risco de perder seu protagonismo mundial em detrimento de outras nações em ascensão.

Estaria ele disposto a pagar esse preço? A conclusão dessa pesquisa não é capaz de responder com certeza a essa pergunta. No entanto, todas as evidências indicam que até agora, ele não está. Por conseguinte, a dissuasão de Schelling atrelada à estratégia A2/AD da China, na opinião deste autor, tem sido mais bem sucedida e vencedora.

REFERÊNCIAS

ALLISON, Graham. **Os Estados Unidos e a China conseguirão escapar da armadilha de Tucídides**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

ALTMAN, Daniel W. **Red lines and fait accomplis in interstate coercion and crisis**. Cambridge: MIT Press, 2015.

BRASIL. Estado-Maior da Armada. **EMA-305**: doutrina militar naval. 1. ed. Brasília, DF: EMA, 2017.

BRASIL. Ministério da Defesa. **MD51-M-04**: doutrina militar de defesa. 2. ed. Brasília, DF: MD, 2007.

CACIAN, Mark F.; CACIAN Matthew; HEGINBOTHAN, Eric. **The first battle of the next war: wargaming a chinese invasion of taiwan**. Washington, DC: CSIS, 2023. 165 p. Disponível em: <https://www.naval.com.br/blog/wp-content/uploads/2023/01/Wargaming-a-chinese-invasion-of-Taiwan.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2023.

CINTRA, Marcos Antonio Macedo; SILVA FILHO, Edison Benedito da; PINTO, Eduardo Costa (org.). **China em transformação**: dimensões econômicas e geopolíticas do desenvolvimento. Rio de Janeiro: IPEA, 2015. 594 p.

COUTO, José Alberto Cunha; SOARES, José Antônio de Macedo. **Gabinete de crises**: Fernando Henrique, Lula e Dilma. Campinas: FACAMP, 2013.

DENG XIAOPING. In: BRITANNICA: the encyclopaedia britannica. [Reino Unido: Britannica, 2023]. Disponível em: <https://www.britannica.com/event/ANZUS-Pact>. Acesso em: 13 jul. 2023.

EUA. Department of Defense. **Annual report to congress**: military and security developments involving the people's Republic of China. Washington, D.C.: Office the Secretary of Defense, 2022. 175 p. Disponível em: <https://media.defense.gov/2022/Nov/29/2003122279/-1/-1/1/2022-MILITARY-AND-SECURITY-DEVELOPMENTS-INVOLVING-THE-PEOPLES-REPUBLIC-OF-CHINA.PDF>. Acesso em: 20 mai. 2023.

EUA. Office of Naval Intelligence. **The PLA navy: new capabilities and missions for the 21st century**. Washington, D.C.: Office of Naval Intelligence, 2015. 47 p. Disponível em: <https://apps.dtic.mil/sti/pdfs/ADA616040.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2023.

GEORGE, Alexander L.; SIMONS, William E.; HALL, David Kent. **The limits of coercive diplomacy**. 2nd ed. Boulder: Westview Press, 1994. 310 p.

KAPLAN, Robert D. **Asia's Caldron: the South China and the end of a stable Pacific**. New York: Random House, 2014. 212 p.

KREPINEVICH, Andrew F. **Why airsea battle?** Washington, D.C.: Centre for Strategic and Budgetary Assessments, 2010. 40 p.

KREPINEVICH, Andrew F.; WATTS, Barry; WORK, Robert. **Meeting the anti-access and aread denial challenge**. Washington, D.C.: Centre for Strategic and Budgetary Assessments, 2003. 93 p. Disponível em: <https://csbaonline.org/uploads/documents/2003.05.20-Anti-Access-Area-Denial-A2-AD.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2023

MILLER, Tom. **A dream of asian empire**. Hong Kong: Head Office, 2014. 14 p. Disponível em: <file:///C:/Users/gabrielaleite/OneDrive%20-%20UGB/Desktop/GKDSeminarReminder1412122.pdf>. Acesso em 20 jul. 2023.

MITTER, Rana. Cinco fatores do passado que influenciam atitude da China com o mundo. **BBC News Brasil**. [s. l.]. 20 out. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-59075741>. Acesso em: 20 nov. 2023.

O'ROURKE, Ronald. **China naval modernization: implications for U.S. Navy Capabilities—background and issues for Congress**. Washington, D.C.: Congressional Research Service, 2023. 68 p. Disponível em: <https://sgp.fas.org/crs/row/RL33153.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2023.

PIMENTEL, Sérvulo. Navio militar chinês desafia a paz mundial ao ameaçar Destróier da Marinha Americana em Taiwan. **Revista Sociedade Militar: o Ser Humano é a Nossa Melhor Arma**. Rio de Janeiro, jun. 2023. Artigos sobre Militares Forças armadas etc. Geopolítica - Internacional - Defesa etc. Disponível em: <https://www.sociedademilitar.com.br/2023/06/navio-militar-chines-desafia-a-paz-mundial-no-estreito-de-taiwan-em-manobra-perigosa-contra-marinha-dos-estados-unidos-sp1.html>. Acesso em: 07 jun. 2023.

RAZA, Salvador Ghelfi . As crises e a manobra de crises. **Aerospace Power Journal em Português**, Maxwell AFB, Alabama. EUA, v. 2 , 2002, p. 40-75, 2002.

SCHELLING, Thomas C. **Arms and influence**. Westport, Conn. : Greenwood Press, 1966. 293p.
TANGREDI, Sam J. **Anti-access warfare: countering A2/AD strategies**. Annapolis, Maryland : Naval Institute Press, 2013. 300 p.

WEDIN, Lars. **Estratégias Marítimas no Século XXI: A contribuição do Almirante Castex**. Tradução de Reginaldo Gomes Garcia dos Reis et al. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2015. 236 p.

YOSHIARA, Toshi, HOLMES, James. R.. **Red star over the Pacific : China's rise and the challenge to U.S. maritime strategy**. 2nd ed. Annapolis, Maryland: Naval Institute Press, 2018. 376 p.

ANEXO A

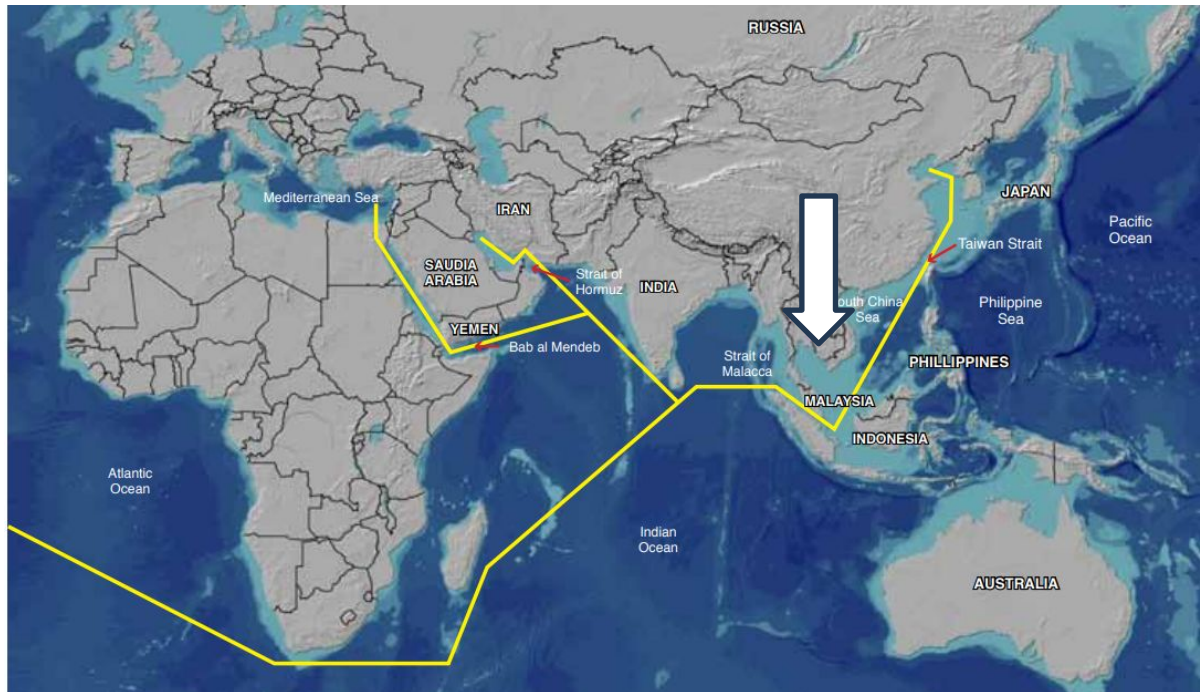


FIGURA 1 - Representação do território chinês posicionado em meio as maiores Linhas de Comunicações Marítimas mundiais.

Fonte: EUA, 2015. (Houve alteração na ilustração com acréscimo de setas, para fins de localização).

ANEXO B

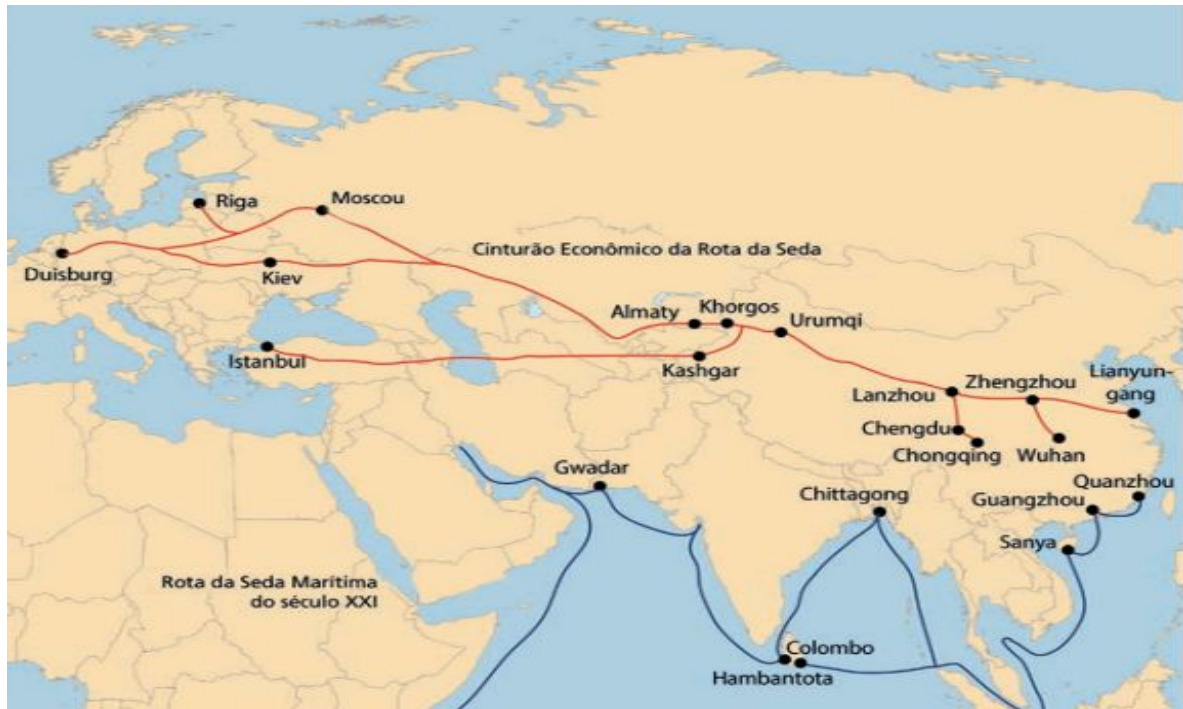


FIGURA 2 – Representação da nova Rota da Seda, One Belt, One Road
Fonte: MILLER, 2014, p. 6

ANEXO C

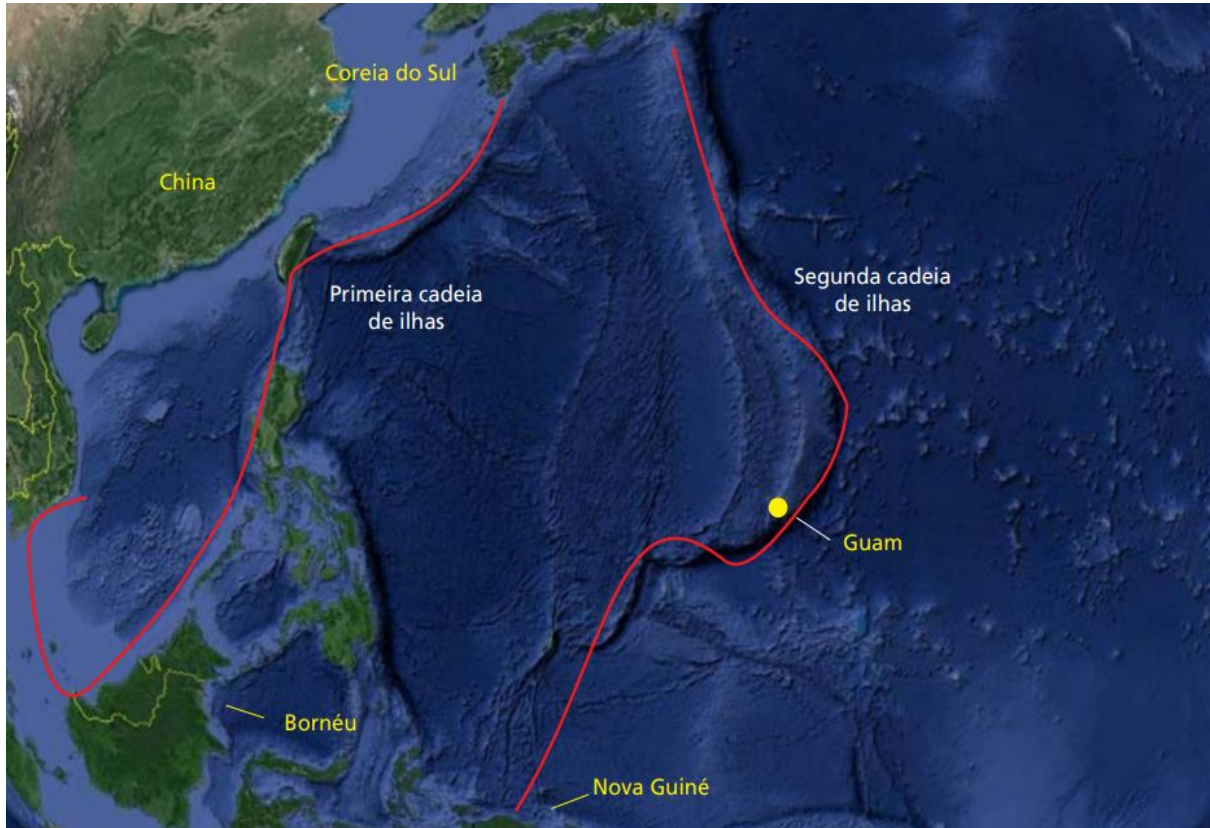


FIGURA 3- Primeira e segunda cadeias de Ilhas.
Fonte: CINTRA; SILVA FILHO; PINTO, 2015, p. 567.

ANEXO D



Fonte: Burgess (2012).

Elaboração do autor.

Obs.: 1. Os nomes dos países correspondem às áreas por eles reivindicadas.

2. Linhas pontilhadas em azul: limites dos mares territoriais.

3. Áreas internas aos "nove traços" em vermelho: áreas reivindicadas pela China.

4. Áreas internas às linhas em laranja: áreas reivindicadas pelas Filipinas, sobrepondo-se às reivindicações de China, Vietnã, Malásia e, em uma pequena parte, de Brunei.

5. Áreas internas às linhas em azul: áreas reivindicadas pelo Vietnã, sobrepondo-se às reivindicações de China, Filipinas, Malásia e Brunei.

6. Áreas internas às linhas em roxo: áreas reivindicadas pela Malásia, sobrepondo-se às reivindicações de China, Filipinas, Brunei e Vietnã.

7. Áreas internas às linhas em verde-claro e marrom: áreas reivindicadas pela Indonésia, sobrepondo-se às reivindicações da China.

8. Áreas internas às linhas em verde-escuro: áreas reivindicadas por Brunei, sobrepondo-se às reivindicações de China, Filipinas, Malásia e Vietnã.

FIGURA 4 - Áreas em disputa no Mar do Sul da China.

Fonte: CINTRA; SILVA FILHO; PINTO, 2015, p. 577.

ANEXO E

TABELA 1- Evolução da modernização militar naval da RPC desde 2005

Table 1. Numbers of Certain Types of Chinese and U.S. Ships Since 2005
 Figures for Chinese ships taken from annual DOD reports on military and security developments involving China for the years 2005-2021

Year of DOD report	SSB	SSN	SS	CV	CG	DD	FF	FFL	PC	LST/LPD	LSM	Total PLAN ship types shown to right	CCG	U.S. total	U.S. vs. PLAN ship types shown
2005	1	6	51	0	0	21	43	0	51	20	23	216	<i>n/a</i>	291	+75
2006	1	5	50	0	0	25	45	0	45	25	25	221	<i>n/a</i>	282	+61
2007	1	5	53	0	0	25	47	0	41	25	25	222	<i>n/a</i>	281	+59
2008	1	5	54	0	0	29	45	0	45	26	28	233	<i>n/a</i>	279	+46
2009	2	6	54	0	0	27	48	0	70	27	28	262	<i>n/a</i>	282	+20
2010	2	6	54	0	0	25	49	0	85	27	28	276	<i>n/a</i>	285	+9
2011	2	5	49	0	0	26	53	0	86	27	28	276	<i>n/a</i>	288	+12
2012	2	5	48	0	0	26	53	0	86	28	23	271	<i>n/a</i>	284	+13
2013	3	5	49	1	0	23	52	0	85	29	26	273	<i>n/a</i>	287	+14
2014	3	5	51	1	0	24	49	8	85	29	28	283	<i>n/a</i>	285	+2
2015	4	5	53	1	0	21	52	15	86	29	28	294	<i>n/a</i>	289	-5
2016	4	5	57	1	0	23	52	23	86	30	22	303	<i>n/a</i>	271	-32
2017	4	5	54	1	0	21	56	23	88	34	21	317	185	275	-42
2018	4	5	57	1	0	28	51	28	86	33	23	306	240	279	-27
2019	4	6	50	1	0	33	54	42	86	37	22	335	248	286	-49
2020	4	6	46	2	1	32	49	49	86	37	21	333	255	296	-37
2021	6	9	56	2	1	32	48	51	86		57	348	223	296	-52
2021: change since 2005	+5	+3	+5	+2	+1	+11	+5	+51	+35		+14	+132	<i>n/a</i>	+5	-127

Source: Table prepared by CRS based on 2005-2021 editions of annual DOD report to Congress on military and security developments involving China (known for 2009 and prior editions as the report on China military power), and (for U.S. Navy ships) U.S. Navy data as presented in CRS Report RL32665, *Navy Force Structure and Shipbuilding Plans: Background and Issues for Congress*, by Ronald O'Rourke.

Key to abbreviations: *n/a* = data not available in annual DOD report. **SSB** = ballistic missile submarines. **SSN** = nuclear-powered attack submarines. **SS** = diesel attack submarines. **CV** = aircraft carriers. **CG** = cruisers. **DD** = destroyers. **FF** = frigates. **FFL** = corvettes (i.e., light frigates). **PC** = missile-armed coastal patrol craft. **LST** = amphibious tank landing ship. **LPD** = amphibious transport dock ship. **LSM** = amphibious medium landing ship. (The 2021 edition of the annual DOD report showed a combined figure for LST/LPD and LSM.) Column for **Total PLAN ship types shown to right**, which shows what might be thought of as the principal combat ships of China's navy, does not include other PLAN ship types not shown to right, such as auxiliary and support ships. **CCG** = China Coast Guard ships. **U.S. total** = Total U.S. Navy battle force ships, which includes auxiliary and support ships but excludes patrol craft. **U.S. vs. PLAN ship types shown** = total U.S. Navy battle force ships compared to the column for **Total PLAN ship types shown to right**.

Fonte: O'ROURKE, 2023, p. 9

ANEXO F

TABELA 2 - Gastos com despesas militares

Mundo, Estados Unidos, China, Japão e Asean-10: gastos com despesas militares (2003-2013)
(Em US\$ bilhões; preços e taxa de câmbio constante de 2011)

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Crescimento médio anual 2003-2013 (%)
Mundo	1.286,3	1.358,8	1.416,5	1.463,4	1.520,2	1.598,1	1.705,1	1.731,8	1.739,3	1.736,3	1.701,7	2,9
Estados Unidos	507,8	553,4	579,8	588,8	604,3	649,0	701,0	720,3	711,3	671,1	618,7	2,1
China	57,4	63,6	71,5	83,9	96,8	106,6	128,7	136,2	147,3	159,6	171,4	11,7
Japão	61,5	61,2	61,3	60,9	60,6	59,1	59,7	59,0	60,5	59,6	59,4	-0,3
Asean	24,2	23,8	24,3	24,9	28,3	28,9	30,3	29,9	31,1	33,4	34,9	3,8
Brunei	0,4	0,3	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	1,5
Camboja	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2	10,5
Indonésia	4,1	4,2	3,6	3,7	4,4	4,2	4,3	5,1	5,8	8,0	8,4	8,3
Laos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-
Malásia	4,4	4,2	4,5	4,4	5,0	5,1	4,8	4,2	4,8	4,7	4,8	1,2
Mianmar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Filipinas	2,4	2,3	2,3	2,4	2,6	2,6	2,5	2,7	2,7	2,7	3,2	3,0
Cingapura	8,0	8,1	8,6	8,7	9,1	9,1	9,4	9,3	8,9	8,9	9,1	1,3
Tailândia	3,4	3,0	3,1	3,2	4,2	5,0	5,9	5,2	5,5	5,3	5,6	6,0
Vietnã	1,5	1,5	1,6	1,9	2,4	2,4	2,6	2,9	2,7	3,1	3,2	8,5

Fonte: CINTRA; SILVA FILHO; PINTO, 2015, p. 96.